

DOCUMENTOS do ETENE

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE

PLURIATIVIDADE no ESPAÇO RURAL do PÓLO BAIXO JAGUARIBE, CEARÁ



MARIA ODETE ALVES
AIRTON SABOYA VALENTE JÚNIOR
MARIA SIMONE DE CASTRO PEREIRA BRAINER

Nº 11

**PLURIATIVIDADE NO ESPAÇO
RURAL DO PÓLO BAIXO
JAGUARIBE, CEARÁ**

Série: Documentos do ETENE, v. 11

Obras já publicadas na série:

- V. 01 – Possibilidades da Mamona como Fonte de Matéria-Prima para a Produção de Biodiesel no Nordeste Brasileiro
- V.02 – Perspectivas para o Desenvolvimento da Carcinicultura no Nordeste Brasileiro
- V. 03 – Modelo de Avaliação do Prodetur/NE-II: base conceitual e metodológica
- V. 04 – Diagnóstico Socioeconômico do Setor Sisaleiro do Nordeste Brasileiro
- V. 05 – Fome Zero no Nordeste do Brasil: construindo uma linha de base para avaliação do programa
- V. 06 – A Indústria Têxtil e de Confecções no Nordeste: características, desafios e oportunidades
- V. 07 – Infra-Estrutura do Nordeste: estágio atual e possibilidades de investimentos
- V. 08 – Grãos nos Cerrados Nordestinos: produção, mercado e estruturação das principais cadeias
- V. 09 – O Agronegócio da Caprino-ovinocultura no Nordeste Brasileiro
- V. 10 – Proposta de Zoneamento para a Cajucultura
- V. 11 – Pluratividade no Espaço Rural do Pólo Baixo Jaguaribe, Ceará

Maria Odete Alves (Coordenadora)
Eng^a Agrônoma, Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural
e Pesquisadora do BNB-ETENE

Airton Saboya Valente Júnior
Economista, Doutorando em Economia e Pesquisador do BNB-ETENE

Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Eng^a Agrônoma, Mestre em Economia Rural e Pesquisadora
do BNB-ETENE

**Série Documentos do ETENE
Nº 11**

**PLURIATIVIDADE NO ESPAÇO
RURAL DO PÓLO BAIXO
JAGUARIBE, CEARÁ**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2006**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

Roberto Smith

Diretores

Augusto Bezerra Cavalcanti Neto

Francisco de Assis Germano Arruda

João Emílio Gazzana

Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimarães

Pedro Rafael Lapa

Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Sydrião de Alencar Júnior

**Coordenadora de Estudos Rurais e Agroindustriais
e da Série Documentos do ETENE**

Maria Odete Alves

Ambiente de Comunicação Social

Gestor: José Maurício de Lima da Silva

Editor: Jornalista Ademir Costa

Normalização Bibliográfica: Rodrigo Leite

Revisão Vernacular: Roberto Cunha Lima

Diagramação: Franciana Pequeno

Tiragem: 1.500 exemplares

Mais Informações

Internet: <http://www.bnb.gov.br>

Cliente Consulta: 0800.783030 e clienteconsulta@bnb.gov.br

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Decreto Lei nº 10.994, de 14/12/2004

Copyright © by Banco do Nordeste do Brasil

Alves, Maria Odete.

A474p Pluriatividade no espaço rural do polo Baixo Jaguaribe, Ceará / Maria Odete Alves, Airton Saboya Valente Júnior, Maria Simone de Castro Pereira Brainer. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

86 p. (Série Documentos do ETENE, n. 11).

ISBN: 85-87062-57-3

I. Pluriatividade, 2. Atividades não-agrícolas no meio rural. 3. Nordeste. I. Valente Júnior, Airton Saboya. II. Brainer, Maria Simone de Castro Pereira. III. Título.

CDD: 338.1

AGRADECIMENTOS

Ao colega do Etene, José Maria Marques de Carvalho, pelas valiosas contribuições na definição da amostra e elaboração do questionário.

Ao colega do Etene, Wendell Márcio de Araújo Carneiro, pela participação na aplicação do teste-piloto em algumas comunidades rurais do município de Limoeiro do Norte.

Ao IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa de campo.

À SETA (Serviços Técnicos Associados S/C Ltda), empresa responsável pela aplicação dos questionários.

Aos agricultores das comunidades rurais dos municípios do Pólo Baixo Jaguaribe, pela acolhida, paciência, disponibilidade e expressiva colaboração, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

A Elias Augusto Cartaxo e Mário Henrique Bernardo Nascimento, da Central de Informações do Etene, os responsáveis pela elaboração do programa e tabulação dos dados, etapa fundamental para a concretização da análise das informações.

Aos bolsistas de nível superior do Etene Felipe Muniz Gadelha, Francisco José Aguiar Castro Júnior e Osias Pereira da Silva, pela colaboração durante a digitação dos questionários.

À colega do Etene, Inez Sílvia Batista Castro, pelas orientações e contribuições por ocasião da análise dos dados de renda.

À Karla, pela contribuição na organização das figuras constantes do corpo do texto.

E por último, mas com a mesma importância, agradecemos a todas as pessoas que contribuíram anonimamente para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	9
2 – PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DE AGRONEGÓCIOS (PDAs).....	11
3 – PLURIATIVIDADE NO MEIO RURAL	15
3.1 – Significado do Termo Pluriatividade	15
3.2 – A Pluriatividade segundo o Grau de Desenvolvimento das Sociedades	16
3.3 – A Pluriatividade nas Regiões Dinâmicas do Brasil	18
4 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	21
5 – METODOLOGIA	23
6 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO DE AGRONEGÓCIOS BAIXO JAGUARIBE	27
7 – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS PLURIATIVAS DO PÓLO BAIXO JAGUARIBE.....	31
7.1 – Gênero, Faixa Etária e Escolaridade dos Entrevistados	31
7.2 – Perfil das Famílias Extensas	32
7.3 – Atividades Desenvolvidas pelos Membros das Famílias Extensas	34
7.4 – Fontes de Financiamento para as Atividades Não-agrícolas Desenvolvidas pelos Membros das Famílias Extensas	40
7.5 – Organização, Planejamento e Controle Exercidos pelas Famílias Extensas	43
7.6 – Produção e Mercados para os Produtos das Famílias Extensas	46
7.7 – Capacitação e Assistência Técnica recebidas pelos Membros das Famílias Extensas.....	48
7.8 – Organização Social entre Membros das Famílias Extensas ..	49
7.9 – Montante e Composição da Renda Auferida pelas Famílias Extensas	50

8 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES	67

I – INTRODUÇÃO

A realização do presente estudo foi motivada pela premente necessidade de se disponibilizar informações capazes de subsidiar o planejamento regional do Nordeste, mais especificamente no que se refere à implementação de estratégias e ações voltadas para os chamados “Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios”¹, tendo em vista a nova conformação do meio rural brasileiro apontada por estudos realizados nos últimos anos.

Conclusões preliminares de pesquisas em andamento pelo Projeto Rurbano da Unicamp², iniciadas em 1997, mostram que o meio rural brasileiro apresenta crescente diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas, o que vem sendo denominado de “pluriatividade”³. Uma das constatações do referido projeto diz respeito à sistemática redução do nível de ocupação e de renda no âmbito de atividades eminentemente de natureza agropecuária. Ao mesmo tempo, atividades não-agrícolas implementadas no rural vêm possibilitando maior oferta de ocupações e postos de trabalho, além de remunerações mais elevadas quando comparadas com as obtidas nas atividades rurais ligadas à agropecuária tradicional.

As conclusões das pesquisas do Rurbano e da revisão bibliográfica sobre as transformações ocorridas ao longo da história nas sociedades desenvolvidas⁴ fornecem indícios de que em áreas rurais do Nordeste, cujas economias são mais dinâmicas, as atividades não-agrícolas tendem a se diversificar, adensar e apresentar crescente complexidade, além de possuírem significativo papel em termos de composição da renda das famílias.

A emergência do chamado novo rural contém uma série de implicações para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o meio rural. Inicialmente, tem-se a possibilidade de estancar ou reduzir o êxodo de populações

¹ Vide tópico específico sobre Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios.

² Atualmente, desenvolve-se um projeto de pesquisa na Unicamp – Projeto Rurbano – cuja proposta é explorar a relevância dos cortes urbano/rural e agrícola/não-agrícola no desenvolvimento brasileiro recente. O projeto, implantado e coordenado inicialmente pelo pesquisador José Graziano da Silva, atualmente se encontra sob a coordenação do pesquisador Mauro del Grossi e envolve diversos pesquisadores ligados a instituições de diversos estados brasileiros. Os principais resultados da fase inicial aparecem em publicações recentes da Embrapa, editada por Silva e Campanhola (2000a; 2000b; 2000c; 2000d).

³ Vide tópico específico sobre o tema.

⁴ Vide tópico específico sobre o tema.

para as grandes aglomerações urbanas, através do estímulo a uma gama de atividades não-agrícolas no meio rural, considerando-se que referidas atividades não-agrícolas venham a gerar ocupação e renda para um subconjunto significativo de pessoas. Adicionalmente, o reconhecimento da existência de famílias rurais que combinem atividades agrícolas e não-agrícolas como estratégia de manutenção e reprodução social sugere mudança no viés das políticas públicas para o rural, caracterizadas até então pela valorização única e exclusiva do “agrícola”.

Além desta introdução, o presente documento é composto por mais seis capítulos, fechando com algumas conclusões e sugestões.

Nos capítulos 2 e 3 são apresentados, respectivamente, os referenciais teóricos que nortearam a pesquisa no tocante a Pólos de Desenvolvimento e Pluriatividade. O capítulo 4 é composto pela justificativa para a realização do estudo, bem como os objetivos que nortearam o trabalho. No capítulo 5, está descrita a metodologia do trabalho.

Um levantamento sistemático dos dados e informações socioeconômicas dos municípios que compõem o Pólo Baixo Jaguaribe é apresentado no capítulo 5. Em seguida, no capítulo 6, é feita a análise das informações de campo obtidas por meio da aplicação de questionários semi-estruturados.

Por fim, a partir de uma reflexão à luz da discussão realizada no corpo do documento, são elaboradas as conclusões e apontadas algumas sugestões de ação consideradas fundamentais para o desenvolvimento das principais atividades não-agrícolas existentes ou com potencial no Pólo de Desenvolvimento de Agronegócios Baixo Jaguaribe.

2 – PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DE AGRONEGÓCIOS (PDAs)

As preocupações iniciais com a concentração ou aglomeração de atividades econômicas em determinados espaços geográficos estão vinculadas com as teorias da desigualdade regional, elaboradas por François Perroux⁵ nas décadas de 1950 e 1960. Referidas teorias introduziram os conceitos de “pólos de crescimento”, ou seja, focos de desenvolvimento socioeconômico e político-institucional inter-relacionados e localizados em centros privilegiados de determinado espaço geográfico. Referidos pólos, geograficamente situados, manteriam, de acordo com a teoria, fortes vínculos em termos políticos, socioeconômicos, institucionais e culturais com suas áreas de influência (HADDAD et al., 1989).

Dessa forma, o polo representa um conceito complexo sendo considerado, no âmbito da teoria do desenvolvimento regional, um espaço-tempo que guarda semelhanças embora não implique em uniformidade. Assim, duas tipologias de lugar ou região se sobressaem: os espaços homogêneos e aqueles polarizados. Os espaços ou regiões homogêneos se fundamentam no princípio da identidade entre seus subespaços constituintes. As regiões polarizadas, por sua vez, se fundamentam no princípio da interdependência entre seus subespaços constituintes, o que implica heterogeneidade. A diferenciação ou heterogeneidade dos subespaços que compõem as regiões polarizadas resulta do pressuposto de interdependência entre esses subespaços, uma vez que ela deve resultar da cooperação ou da exploração econômica, política, social e institucional entre unidades geográficas com atributos diferentes, portanto heterogêneas (HADDAD et al., 1989).

Os centros onde se desenvolvem atividades de natureza econômica, política e social e onde são tomadas as decisões que geram fluxos de mercadorias, criando relações de influência com centros de escalões inferiores, são chamados de “pólos de atração”. Conforme a intensidade e a natureza das relações de dependência, um estímulo exercido sobre o polo de atração causa repercussões diretas e indiretas nos centros dependentes e no próprio polo de atração em questão.

Os centros de maior interesse, em princípio, são aqueles que apresentam as maiores taxas de desenvolvimento econômico e social. Assim, se caracterizam por fatores que fazem os sistemas a que pertencem se desenvolverem a taxas

⁵ Perroux, F. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMANN, J. (Org.). *Economia regional e urbana*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

diferentes. Os pólos que apresentam as maiores taxas de crescimento são chamados de “pólos de desenvolvimento econômico”. Por outro lado, os pólos potenciais de desenvolvimento econômico são centros que apresentam condições em potencial que lhes asseguram um grande desempenho econômico em futuro próximo, desde que sejam convenientemente ativados.

Os pólos de desenvolvimento podem surgir devido ao acaso ou alternativamente podem ser estimulados através de um conjunto de políticas públicas. No caso dos pólos nordestinos, houve um estímulo deliberado do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), quando criou o programa Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios (PDAs) com ações estruturadas em várias mesorregiões do Nordeste, com o objetivo de potencializar as vocações locais e atrair novos investimentos, estimulando a cooperação entre os diversos setores e envolvendo-os na dinamização do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Os PDAs foram concebidos com base nas teorias de Perroux e nos enfoques de cadeias produtivas, isto é, empresas e instituições interconectadas, de caráter complementar entre si, concentradas em uma dada região geográfica e trabalhando em negócios correlatos. Assim, o PDA pode ser visto como uma rede de empresas e instituições (públicas e privadas), trabalhando de forma sistêmica, com o objetivo de atender a uma determinada parcela das necessidades do consumidor. O PDA representa uma maneira alternativa para organizar um determinado complexo ou cadeia agroindustrial (LOPES NETO, 2002).

O Programa PDA do BNB é caracterizado sob duas dimensões inter-relacionadas: i) dimensão físico-econômica; e ii) dimensão político-institucional. A dimensão físico-econômica envolve o espaço geográfico ou uma sub-região delimitada; a ação do programa possui um enfoque sistêmico ou da cadeia produtiva. Em termos da dimensão político-institucional, o Programa prevê que as ações sejam desenvolvidas de forma cooperativa, com a efetiva participação das entidades e organizações que compõem a base institucional do polo em questão; a gestão e a coordenação do Programa devem ser compartilhadas, com o envolvimento do setor privado, especialmente os empreendedores que integram as cadeias produtivas; também requer a adoção de estratégias que contribuam para assegurar a efetiva incorporação de pequenos empreendedores e suas associações e cooperativas nas cadeias produtivas (ABIPTI, 1999).

Os PDAs são formados por municípios que apresentam dinamismo e potencialidades socioeconômicas semelhantes, seja em função da dotação de recursos naturais ou de sistemas empresariais, nível tecnológico ou infra-estrutura. O BNB

identificou, em sua área de atuação, doze PDAs, com cadeias produtivas centradas em grãos, fruticultura, pecuária, carnicultura, artesanato e turismo (Figura 1).

O programa PDA do BNB prevê o desenvolvimento de ações integradas, em bases programadas, orientadas ao incremento sustentável dos níveis de produção, de padrão de qualidade dos produtos e de produtividade dos segmentos das cadeias produtivas, a partir de uma visão sistêmica e de longo prazo, objetivando assegurar eficiência econômica e o contínuo processo de melhoria da competitividade, da qualidade de vida e bem-estar social das populações envolvidas.

Em essência, o programa PDA do BNB tem por missão o aumento do poder de competitividade do agronegócio no mercado e o desenvolvimento sustentado de sua área de abrangência, por meio da satisfação das necessidades básicas das comunidades locais, do incremento da produtividade, da geração de empregos, da conservação de recursos naturais e da preservação do meio ambiente (BNB, 2003).

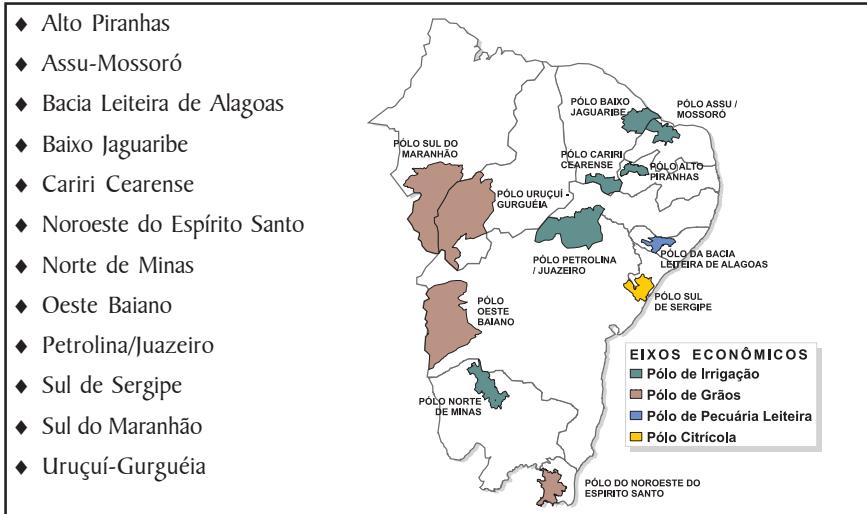


Figura 1 – Pólos de desenvolvimento de agronegócios do Nordeste (PDAs)

Fonte: BNB (2003).

3 – PLURIATIVIDADE NO MEIO RURAL

3.1 – Significado do Termo Pluriatividade

Nos últimos anos, mais precisamente a partir da década de 1990, os principais fóruns de discussão sobre o meio rural brasileiro vêm aprofundando a discussão sobre o assunto pluriatividade (SCHNEIDER, 1994; 1995; SILVA, 1995; 1998 e KAGEYAMA, 1998). Entretanto, conforme revisão realizada por alguns autores, remonta ao início do século XX a discussão em torno de termos como agricultor em tempo parcial, atividades não-agrícolas no meio rural, empregos múltiplos, fontes de renda diversificadas e pluriatividade (ALVES, 2002; SCHNEIDER, 1994).

Apesar dos longos debates acerca do assunto, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, o termo pluriatividade ainda hoje é confuso. Para Le Heron et al. (1994 apud KAGEYAMA, 1998), a pluriatividade tanto pode representar uma estratégia de sobrevivência da família, quanto uma estratégia de expansão do capital.

Os estudiosos brasileiros Silva e Campanhola (2000a; 2000b; 2000c; 2000d) consideram que o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas a outras atividades que gerem ganhos monetários e não-monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Para os autores, esse conceito considera todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias.

Segundo Souza (199-) a pluriatividade pode ser compreendida:

como resultado de diversas negociações entre indivíduos, cada um com diferentes apostas e posições nos negócios, família e grupo domiciliar, com preferências variantes sobre minimização de riscos, ajustes a mudanças no desenvolvimento do ciclo familiar, permitindo a entrada ou saída da exploração agrícola, assegurando continuidade da família na mesma de uma geração a outra, financiando desenvolvimento no interior ou externamente a ela, a sua organização e o trabalho do grupo domiciliar.

A reflexão desse autor nos faz observar que as evidências teóricas e empíricas que sublinham os impactos combinados de pressões internas e externas impõem a necessidade de se tratar o fenômeno da pluriatividade por meio de um conceito flexível. Para Souza (199-), “a flexibilidade de sua conceituação faz-se evidente diante da heterogeneidade/diversidade do fenômeno, pois as realidades

sociais são muito diferentes e terminam por entorpecer as análises teóricas". Esse autor propõe que se diferencie a pluriatividade em função do grau de desenvolvimento da sociedade onde ela está presente, o que seria uma forma de tentar resolver esse problema. Seguindo essa linha de raciocínio, o autor argumenta pela necessidade de se falar de "pluriatividade do subdesenvolvimento" e "pluriatividade de sociedades desenvolvidas com industrialização e urbanização concentradas". Contudo, o autor reconhece que a adoção dessa diferenciação não é suficiente para esclarecer a questão da heterogeneidade de situações de pluriatividade que continuam existindo no interior desses tipos de sociedades.

A realização de pesquisas empíricas em regiões que apresentem os perfis descritos pode contribuir para esclarecer ambas as questões, uma vez que tanto é possível se observar o comportamento da pluriatividade nos diversos tipos de sociedades como é possível detectar sua diversidade.

3.2 – A Pluriatividade segundo o Grau de Desenvolvimento das Sociedades

As sociedades desenvolvidas, ao longo de sua história, sofreram uma série de transformações, resultado de fatores externos e internos, segundo revisão realizada por Wanderley (2000).

Os fatores externos referem-se às mudanças no cenário mundial que se configuraram por novas relações econômicas e políticas em que há cada vez mais internacionalização do ponto de vista de funcionamento e de regulação da produção agrícola e de valorização do meio rural.

Os fatores internos dizem respeito ao processo de diversificação social no meio rural e à perda do antagonismo existente nas relações entre o rural e o urbano, passando a existir uma relação de complementaridade.

O desenvolvimento dos espaços rurais nessas sociedades passa a depender não apenas do dinamismo do setor agrícola, mas também da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas.

Com efeito, a descentralização econômica e a disseminação espacial dos serviços criaram condições para que plantas industriais se instalassem em áreas rurais. Dessa forma, o desenvolvimento econômico e a expansão das cidades facilitaram o acesso das populações rurais a bens e serviços urbanos. Isso fez com que fosse sendo reduzida a distância física e social entre populações urbana e rural.

Segundo Wanderley (2000), atualmente já não existem grandes diferenças econômicas e sociais entre ambos os espaços nas sociedades desenvolvidas.

Ocorreu, em decorrência, um crescimento da população não-agrícola e reduziu a população ocupada na agricultura. Passou a ter mais evidência a diversidade econômica e do próprio perfil da população rural, que deixou de ser meramente agrícola, uma vez que o campo passou a ser atrativo para jovens, pessoas idosas e aposentadas, seja com o objetivo de exercer alguma atividade produtiva, seja para usufruir do lazer e de uma melhor qualidade de vida.

A pluriatividade, entretanto, não é um fenômeno exclusivo das sociedades desenvolvidas. Estudos realizados por diversos autores relatam a existência da pluriatividade também entre populações rurais de sociedades em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, assumindo características distintas dependendo do estágio em que se encontram tais sociedades.

Reardon, Cruz e Berdegué (1998), ao realizar uma revisão bibliográfica, identificou três fases da transformação das atividades não-agrícolas no meio rural de países em desenvolvimento. Num primeiro momento é observada a existência de atividades cuja produção é de pequena escala, utilizando tecnologia tradicional e intensiva em mão-de-obra, produzindo bens e serviços quase que exclusivamente para o mercado local. Nesta fase, a maioria dos adultos pratica a pluriatividade no sentido de que cada um ajuda no trabalho agrícola dentro da propriedade, migrando ou praticando uma atividade não-agrícola na entressafra; a segunda fase é caracterizada pela mescla de atividades vinculadas à agricultura e atividades não-agrícolas baseadas na demanda derivada dos ingressos do primeiro grupo, no desenvolvimento de comunidades rurais e na demanda derivada do setor urbano (como o turismo) ou no setor exportador. Na segunda fase há produtos cuja comercialização se dá além do mercado local e se verifica uma bimodalidade crescente, tanto na intensidade de capital quanto nos benefícios da mão-de-obra das atividades dentro de um dado subsetor de atividade não-agrícola. Em consequência, há uma coexistência de indivíduos de classes sociais distintas trabalhando no mesmo subsetor, porém, empregando tecnologias e habilidades diferentes e auferindo rendas distintas; na terceira fase há uma intensificação da diferenciação dos elementos da transformação que contribuíram para a diferenciação da segunda em relação à primeira fase.

Já nas sociedades subdesenvolvidas, em geral, dada a falta de dinamismo da economia, a precariedade e pobreza que caracterizam a população rural, o nível de investimento da família na propriedade depende da disposição dos fatores internos de produção em relação à possibilidade de obtenção de rendas não-agrícolas. Significa que a prática de atividades não-agrícolas é uma estratégia de

sobrevivência do grupo familiar e o acesso ao mercado ocorre de forma marginal (ALVES, 2002; GARCIA JÚNIOR, 1983; 1989; CHAYANOV, 1974).

3.3 – A Pluriatividade nas Regiões Dinâmicas do Brasil

O assunto pluriatividade tem ocupado nos últimos anos (mais precisamente a partir da década de 90), espaço razoável nos principais fóruns de discussão sobre o meio rural brasileiro. Atualmente, as questões relacionadas com a pluriatividade estão estabelecidas nas nossas melhores universidades, e a produção de dissertações e teses na área reflete o grau de interesse que este tema adquiriu.

A discussão envolve autores como José Graziano da Silva, Nazaré Wanderley e Ricardo Abramovay, dentre outros. As preocupações destes estudiosos abrangem questões que vão desde a releitura do atual conceito de “setor rural” (WANDERLEY, 1997), passando pelas novas funções e espaços da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, com ênfase no papel do território (ABRAMOVAY, 1999) e até a discussão sobre as atividades e fontes de renda não-agrícolas das famílias rurais (SILVA, 1995; 1997a, 1997b, 1998).

A proposta de pesquisa aqui colocada se relaciona, especificamente, à questão abordada por Silva (1995, 1997a, 1997b, 1998), em cujos estudos, há a preocupação de mostrar que o meio rural brasileiro ganhou novas funções e por isso já não pode ser mais tomado apenas como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais. Silva acredita que o agricultor não é mais somente um agricultor, pois dentro ou fora de sua propriedade ele vem desenvolvendo outras atividades no meio rural, concorrendo com as atividades agrícolas⁶.

Nesta perspectiva, este “novo rural”, do qual emergem novas atividades ligadas às transformações na base técnica da agricultura, parece refletir a realidade de regiões cuja agricultura passou por um processo de modernização tecnológica e nas quais a economia é mais dinâmica que aquelas cuja agricultura permaneceu sem modernizar-se.

Os principais resultados da pesquisa em andamento pelo Projeto Rurbano são (SILVA; CAMPANHOLA, 2000a; 2000b; 2000c; 2000d):

⁶ Silva (1997a) considera a existência de um “Novo Rural Brasileiro”, associado a transformações na agricultura brasileira (queda na rentabilidade dos principais produtos agropecuários) e aumento de produtividade decorrente da adoção de tecnologias (queda na oferta do emprego agrícola).

- a) o emprego agrícola vem caindo sistematicamente desde meados dos anos 80, mas a população rural ocupada (PEA Rural), ao contrário do esperado, vem crescendo no mesmo período;
- b) os conta-própria não-agrícolas cresceram significativamente no período 1992/97, tanto no meio urbano quanto no rural;
- c) entre os conta-própria agrícolas cresceram apenas aquelas famílias com residência no meio urbano;
- d) os conta-própria pluriativos mostraram-se estáveis, ao contrário do que se esperava;
- e) a pluriatividade está presente em 35% do conjunto das famílias ligadas às atividades agropecuárias;
- f) há crescimento de desempregados e aposentados residentes no campo;
- g) ocorre queda da renda *per capita* dos agricultores familiares e crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre essas famílias;
- h) entre agricultores familiares exclusivamente agrícolas que possuem pequenas áreas de terra, o peso das aposentadorias e pensões chega a representar mais de um terço da renda familiar, independentemente do local de domicílio, se rural ou urbano.

4 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Os subsídios obtidos a partir de revisão bibliográfica e dos resultados de pesquisas realizadas pelo grupo Rurbano permitem levantar a hipótese de que as atividades não-agrícolas ganharam significado também nos chamados Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios (PDAs) nordestinos, por serem regiões cujas economias vêm recebendo estímulos de órgãos públicos e ganhando dinamismo nos últimos anos.

A realização de pesquisas de campo nessas áreas justifica-se, portanto, no sentido de melhor qualificar as tendências apontadas nos estudos recentes realizados no âmbito do grupo Rurbano (em geral com base em dados secundários) para, a partir do aprofundamento do conhecimento da realidade local, adequar as políticas regionais de desenvolvimento às condições das respectivas economias. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo principal desenhar o perfil das atividades não-agrícolas no meio rural dos PDAs, bem como discutir sobre as possibilidades de elaboração de políticas públicas direcionadas para referidas áreas. Mais especificamente, o estudo objetiva:

- a) conhecer a diversidade de atividades não-agrícolas no meio rural dos Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios nordestinos.
- b) determinar problemas e potencialidades econômicos das principais atividades não-agrícolas existentes nos PDAs.
- c) analisar as possibilidades de se implementar políticas públicas específicas para as principais atividades não-agrícolas nos referidos pólos.
- d) sugerir políticas públicas específicas de apoio às principais atividades não-agrícolas dos referidos PDAs.

5 – METODOLOGIA

A pesquisa piloto⁷ foi realizada no PDA Baixo Jaguaribe, composto por 11 municípios⁸, considerando que:

- a) embora encravado em pleno semi-árido (cujos municípios em geral, apresentam economia estagnada), o polo em questão possui uma economia razoavelmente dinâmica;
- b) em virtude de ter coordenação e gerência sediadas em Fortaleza, apresenta maior facilidade de interação entre a equipe do BNB e o Pólo de Desenvolvimento;
- c) dispõe de estruturas de apoio que poderiam facilitar o andamento da pesquisa.

A coleta das informações foi feita utilizando-se de fontes secundárias (material bibliográfico, banco de dados do IBGE e Iplanece) e primárias (informações fornecidas pelas prefeituras por intermédio das secretarias de saúde municipais – agentes comunitários de saúde), além da aplicação de questionário semi-estruturado.

A aplicação do questionário foi feita por meio de 320 (trezentas e vinte) entrevistas realizadas junto às famílias extensas dos domicílios⁹ rurais selecionados. A família extensa inclui, além da família nuclear, os parentes desta que vivem no

⁷ Pretende-se que a metodologia utilizada neste trabalho seja estendida, numa segunda etapa, para os demais PDAs da área de atuação do BNB.

⁸ Municípios que compõem o PDA Baixo Jaguaribe: Icapuí, Aracati, Itaiçaba, Jaguaruana, Palhano, São João do Jaguaribe, Quixeré, Russas, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Tabuleiro do Norte.

⁹ O domicílio é utilizado aqui como unidade de coleta, porque permite caracterizar a atividade exercida individualmente pelos membros da família, independente do local de moradia. Exclui os domicílios coletivos que se destinam à “habitação de pessoas cujo relacionamento se restringe ao cumprimento de normas administrativas” e os domicílios particulares improvisados, assim considerando aquele domicílio localizado em unidade que não tem dependência destinada exclusivamente à moradia, como loja, sala comercial, prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta que estejam servindo de moradia (SILVA; GROSSI, 2002, p. 9).

mesmo domicílio (mesmo que formem outro casal) e os agregados¹⁰; exclui, dentre seus membros, os pensionistas¹¹ e as empregadas domésticas¹² e seus parentes¹³.

A seleção dos domicílios para aplicação do questionário foi realizada em quatro etapas:

Etapa 1 – Seleção dos municípios:

Determinação dos municípios de economia mais dinâmica a partir das seguintes variáveis:

- a) PIB Indústria + PIB serviços ≥ 75% do PIB Total do município;
- b) soma do número de estabelecimentos: industriais + estabelecimentos de serviços do município ≥ 53 e/ou
- c) município em que haja a presença de pelo menos 1 (um) núcleo/arranjo produtivo.

Na primeira etapa foram selecionados nove dos 11 municípios do PDA Baixo Jaguaribe: Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Jagaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Russas e Tabuleiro do Norte.

Etapa 2 – Seleção dos setores amostrais (comunidades):

Após a definição dos municípios a serem pesquisados adotou-se os seguintes procedimentos para determinar as comunidades a serem amostradas, limitando-se ao máximo de três e ao mínimo de uma por município:

- a) foram selecionadas todas as comunidades rurais com presença de núcleo (s)/arranjo (s) produtivo (s) conforme (CED, 2002);
- b) foi selecionada, por município, a comunidade rural com o maior número de atividades não-agrícolas (de acordo com informações obtidas junto às prefeituras e aos agentes de desenvolvimento com atuação nos municípios);

¹⁰ Agregado é considerado pelo IBGE como sendo “a pessoa que não é parente da pessoa de referência da família nem do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação a membro(s) da família” (SILVA; GROSSI, 2002, p. 9).

¹¹ “aquele que não é parente da pessoa de referência da família nem do seu cônjuge e paga hospedagem ou alimentação a membro da família” (SILVA; GROSSI, 2002, p. 9).

¹² “pessoa que presta serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro (s) da família” (SILVA; GROSSI, 2002, p. 9).

¹³ “pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico remunerado a membro (s) da família” (SILVA; GROSSI, 2002, p. 9).

- c) nos casos em que havia mais de uma comunidade com o mesmo número de atividades, procedeu-se ao sorteio entre todas elas, a fim de se chegar àquela que deveria ser amostrada;
- d) para o município de Icapuí, em virtude da grande diversidade de atividades verificada durante a coleta de informações preliminares, além do procedimento citado nos itens (a) e (b), optou-se pela realização do sorteio de mais uma comunidade, conforme o item (c), totalizando três comunidades amostradas;
- e) para o município de Limoeiro do Norte, em virtude da não presença de arranjo/núcleo produtivo em comunidades específicas, e pela grande diversidade de atividades ali verificada, além do procedimento citado no item (b), optou-se por realizar o sorteio de duas comunidades, conforme o item (c), totalizando três comunidades amostradas.

Os procedimentos realizados na etapa 2 possibilitaram a seleção das seguintes comunidades (setores amostrais), cujo número de domicílios corresponde a 31% do total dos domicílios rurais existentes nos nove municípios: Barreira dos Vianas e Canoa Quebrada (Aracati); Barreiras de Cima, Cajuais e Redonda (Icapuí); Tabuleiro do Luna (Itaiçaba); Borges e Ribeirinha (Iaguaruana); Boa Fé, Córrego da Areia e Várzea do Cobra (Limoeiro do Norte); Aruara e Juazeiro de Baixo (Morada Nova); Jurema (Palhano); Periferia e Retiro (Russas); Água Santa (Tabuleiro do Norte).

Etapa 3 – Distribuição da amostragem nas comunidades selecionadas:

A amostragem foi distribuída nas comunidades selecionadas na etapa 2, proporcionalmente ao número de domicílios existentes em cada uma delas, conforme distribuição apresentada na Tabela 1:

Tabela 1 – Distribuição da amostragem nas comunidades selecionadas nos respectivos municípios, proporcionalmente ao número de domicílios

(continua)

Município	Comunidade selecionada	Nº. de domicílios	Nº. de entrevistas
Aracati	Barreira dos Vianas	729	42
	Canoa Quebrada	371	21
Icapuí	Barreiras de Cima	165	9
	Cajuais	187	11
	Redonda	529	30
Itaiçaba	Tabuleiro do Luna	83	5

Tabela I – Distribuição da amostragem nas comunidades selecionadas nos respectivos municípios, proporcionalmente ao número de domicílios

(conclusão)

Município	Comunidade selecionada	Nº. de domicílios	Nº. de entrevistas
Jaguaruana	Borges	94	5
	Ribeirinha	94	5
Limoeiro do Norte	Boa Fé	397	23
	Córrego da Areia	328	18
	Várzea do Cobra	181	10
Morada Nova	Aruaru	1.372	78
	Juazeiro de Baixo	603	34
Palhano	Jurema	80	5
Russas	Periferia	134	8
	Retiro	133	8
Tabuleiro do Norte	Água Santa	139	8
Total		5.619	320

Fonte: Elaboração dos autores.

Etapa 4 – Procedimentos de campo para a seleção das unidades amostrais (domicílios):

Tendo em vista não se dispor de uma listagem de cadastro prévio dos domicílios e da dificuldade de construção dessa lista, optou-se por distribuir 80% das entrevistas na zona rural e os 20% restantes no núcleo urbano. O processo de definição dos domicílios ocorreu da seguinte forma:

- a) escolheu-se como ponto de partida o centro de cada comunidade, seguindo em forma de cruz em direção à zona rural;
- b) em cada raio aconteceram 25% das entrevistas, sendo 5% no núcleo urbano, saltando de cinco em cinco propriedades; e 20% na zona rural, saltando uma propriedade;
- c) em ambos os casos, quando no domicílio selecionado não existiam pessoas que exerciam atividades não-agrícolas, entrevistou-se o domicílio seguinte.

Considerando-se os padrões teóricos, o número mínimo de 320 entrevistas para o público 5.619 domicílios existentes nas comunidades pesquisadas permitiu delimitar um erro amostral inferior a 6%. Isso garante um nível de confiabilidade superior a 94% para as inferências retiradas a partir do resultado da pesquisa em questão.

6 –CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO DE AGRONEGÓCIOS BAIXO JAGUARIBE

O PDA Baixo Jaguaribe, objeto do presente estudo, está localizado na zona semi-árida do Ceará, abrangendo um total de 11 municípios, conforme apresentado na Figura 2. Possui área de 9,9 mil km² o que corresponde a 6,8% do território do Estado, e população de 346 mil habitantes, dentre os quais 44% residentes no meio rural.

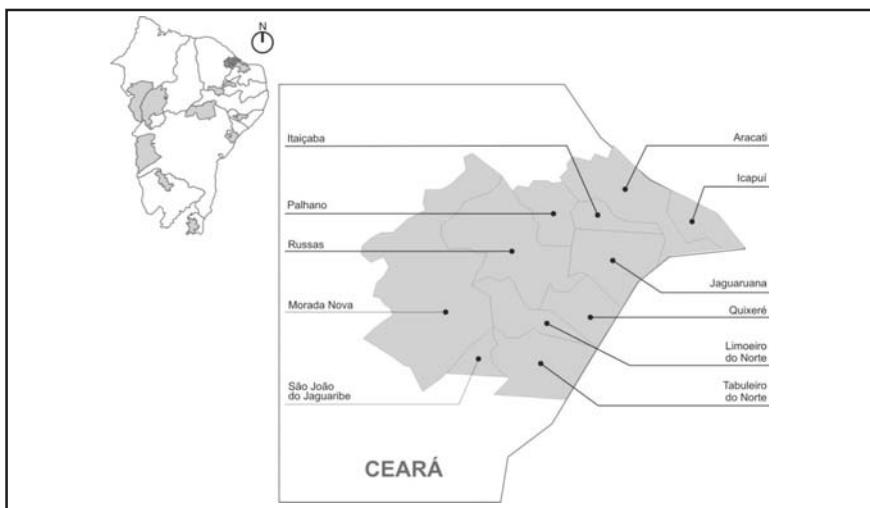


Figura 2 –Pólo de desenvolvimento de agronegócios Baixo Jaguaribe

Fonte: BNB (2003).

Conforme Veiga (2001), o patamar de densidade demográfica que acusa razoável grau de urbanização em municípios com até 100 mil habitantes e externos às aglomerações e centros urbanos está próximo dos 80 hab/km². Levando-se em conta esse argumento, todos os municípios do PDA Baixo Jaguaribe seriam rurais, tendo em vista que a população de cada um deles não atinge os 70 mil habitantes e a densidade demográfica oscila entre o máximo de 64,6 hab/km² na cidade mais dinâmica (Limoeiro do Norte) e o mínimo de 18,7 hab/km² no município de Palhano. A densidade demográfica média do PDA Baixo Jaguaribe é de 34,6 hab/km².

Em termos de desenvolvimento social, os índices de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do PDA Baixo Jaguaribe são inferiores ao índice médio do Brasil (0,757 em 2000). O município de Limoeiro do Norte possui o maior índice (0,711 em 2000) enquanto que o menor IDH ocorreu no município de Icapuí – 0,631 em 2000 (PNUD; IPEA, 2003). Em termos de renda *per capita*, a média para o PDA Baixo Jaguaribe (US\$ 1.389 em 1998) mostrou-se inferior em relação à média do Estado do Ceará (US\$ 1.830 em 1998), menos de 50% da renda *per capita* do Nordeste (US\$ 3.145 em 1998) e apenas um quinto da renda *per capita* média para o Brasil (US\$ 6.824 em 1998), conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Indicadores socioeconômicos: PDA Baixo Jaguaribe

Informações	População (2000)	Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²) - (2000)	PIB <i>per capita</i> (em US\$-1998)
Brasil	170.000.000	8.512.000	19,97	6.824,48
Nordeste	47.600.000	1.532.000	31,07	3.145,20
Ceará	7.417.402	146.348	50,68	1.830,07
Pólo Baixo Jaguaribe	345.669	9.989	34,60	1.389,05
Limoeiro do Norte	49.620	768	64,60	1.745,24
Russas	57.320	1.607	35,67	1.222,77
Morada Nova	64.400	2.784	23,13	1.735,65
Jaguaruana	29.735	743	40,02	1.239,94
Aracati	61.187	1.270	48,17	1.266,75
Quixeré	16.862	598	28,20	1.112,62
São João do Jaguaribe	8.650	286	30,24	1.364,03
Palhano	8.166	437	18,69	1.146,41
Tabuleiro do Norte	27.098	829	32,69	976,02
Icapuí	16.052	428	37,50	2.235,87
Itaiçaba	6.579	239	27,93	1.700,53

Fonte: IBGE (2000).

Os principais núcleos produtivos do PDA em questão são representados pela fruticultura irrigada, apicultura, pecuária leiteira, ovinocaprinocultura, carcinicultura, lagosta, movelearia, artesanato, redes de dormir e atividades do setor metal-mecânico. O acesso rodoviário ocorre pela BR 116 e está a aproximadamente 200 km da capital do Ceará – onde há dois portos (Mucuripe e Pecém) – a 350 km do porto de Natal e a 600 km de Recife, que conta com o porto de Suape.

O maior percentual da área irrigada do pólo pertence ao município de Aracati (15,8%), seguido de Quixeré (14,3%), tendo como principais culturas irrigadas o melão, a banana e o milho. Além dessas culturas, são também importantes no PDA as culturas do arroz, feijão, algodão herbáceo, manga, coco-da-baía, caju e mandioca (IBGE, 2002).

Embora a maior parte da área irrigada do Pólo Baixo Jaguaribe ainda esteja ocupada pela cultura do arroz, os produtores estão aumentando sensivelmente a área com fruticultura e olericultura, principalmente banana, melão, coco, manga, acerola, uva, graviola e goiaba. As principais culturas cujas áreas plantadas estão se expandindo compreendem o melão para exportação e banana e mamão para o mercado local (Tabela 3).

Tabela 3 – Indicadores de produção: PDA Baixo Jaguaribe

Produto (eixo do pólo)	Quantidade Produzida	Área Colhida (ha)
Arroz	10.115 (t)	1.697
Melão	88.500 (t)	3.660
Algodão Herbáceo	1.746 (t)	2.600
Banana	61.374	2.097
Coco-da-Baía	8.541 (mil frutos)	1.472
Limão	9.178 (t)	825
Feijão	13.950 (t)	27.450
Milho	14.002 (t)	14.094

Fonte: IBGE (2000).

Ainda segundo dados do IBGE (2002), existem no PDA Baixo Jaguaribe 150 estabelecimentos industriais e 167 de comércio. Estudo recente realizado pelo CED (Centro de Estratégias de Desenvolvimento do Estado do Ceará) aponta para a existência de alguns núcleos ou arranjos produtivos em nove dos 11 municípios do pólo, além daquele referente à fruticultura e cuja importância econômica poderá crescer nos últimos anos. São os seguintes os núcleos ou arranjos produtivos apontados no documento do CED (2002): produção de redes (Jaguaruana), lagosta (Icapuí), metal-mecânico (Tabuleiro do Norte), móveis de madeira (Morada Nova), cerâmica (Russas), camarão em cativeiro e artesanato (Aracati, Palhano e Itaiçaba) e mel de abelhas (Limoeiro do Norte).

Registre-se o artesanato como sendo a atividade não-agrícola importante no pólo, aparecendo na maioria das comunidades, tendo, inclusive, arranjos produtivos em três municípios. Observam-se diversas formas de artesanato, tais como barro, palha de carnaúba, palha de milho, casca de coco, labirinto, renda, bordado, pintura em tecido, crochê e tapeçaria.

Figuram também como atividades não-agrícolas importantes a produção de redes (com arranjo produtivo em Jaguaruana), a atividade metal-mecânica, importante no município de Tabuleiro do Norte e a produção de móveis de madeira no município de Morada Nova.

Além dessas atividades, verifica-se também a existência de agroindústrias para beneficiar polpa de frutas, de castanha de caju e fabricação de rapadura de caju, doces, queijo e farinha, mini-indústrias para beneficiamento de cera de carnaúba e fabricação de vassouras, o comércio em geral, a extração de sal, a fabricação de barcos, borracharias, comércio de pescado, extração de calcário, fabricação de filtros, pesque-pague e olarias.

Em virtude do crescimento dessas atividades nos municípios do pólo, outras oportunidades de negócio se abrem para fabricação e revenda de máquinas e equipamentos, venda de combustível, produção e revenda de embalagens, produção e revenda de agroquímicos, produção de mudas, *packing houses*, indústrias de sucos, doces, polpa de frutas, concentrados, atacadistas, transportadoras, *trading companies*, dentre outras atividades (BNB, 2003).

Além dos agronegócios ligados à cadeia da fruticultura, o PDA ainda possui diversas outras atividades complementares como consultorias especializadas, escritórios de projeto e assistência técnica, oficinas mecânicas, cursos especializados nas atividades rurais e agroindustriais e de comercialização agrícola e logística de agronegócios (Quadro 1).

INSUMOS	Fabricação ou revenda de máquinas, equipamentos e implementos Revenda de combustíveis e lubrificantes Produção ou revenda de embalagens Produção ou revenda de agroquímicos Produção ou revenda de mudas e sementes
PRODUÇÃO	Frutícolas (banana, mamão, manga, uva, pinha, acerola, graviola, limão, abacaxi, coco e outras)
TRANSFORMAÇÃO	<i>Packing-house</i> Agroindústrias: sucos, doces, beneficiamento de polpa, concentrados, ração Embaladoras
DISTRIBUIÇÃO	Atacadistas Transportes <i>Trading companies</i> Lojas de <i>horti-granjeiros</i> (olerícolas e frutícolas)
SERVIÇOS	Escritórios de projeto e assistência técnica Consultorias agropecuárias especializadas Laboratórios de análises de solo, água e planta Patrulha mecanizada Unidades de beneficiamento de sementes Casas de produtos agropecuários Cursos especializados nas atividades rurais, agroindustriais e de comercialização agrícola Logística de negócios

Quadro 1 – Oportunidades de negócios no PDA Baixo Jaguaribe

Fonte: BNB (2003).

7 – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS PLURIATIVAS DO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO DE AGRONEGÓCIOS BAIXO JAGUARIBE

O presente capítulo é dedicado ao estudo da realidade do grupo, que sugere a discussão de questões cujo aprofundamento é fundamental para que se conheçam a origem e o significado das reais demandas do público alvo.

O texto é escrito a partir da análise e interpretação de informações colhidas na área cuja amostragem foi definida conforme indicado no capítulo 4, que discorre sobre a metodologia utilizada no estudo.

7.1 – Gênero, Faixa Etária e Escolaridade dos Entrevistados

A maioria dos entrevistados é do sexo masculino (62,8%) e relativamente jovem (mais de 54% na faixa etária inferior a 41 anos). Do total, 39,1% têm idade entre 41 e 60 anos e somente 6,6% têm idade superior a 60 anos. Em termos de gênero, tanto homens quanto mulheres estão distribuídos proporcionalmente entre todas as faixas etárias, exceto naquela superior a 60 anos, cujos percentuais, em ambos os gêneros, é bem reduzido (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição por faixa etária segundo o gênero dos entrevistados

Faixa Etária	Homem		Mulher		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Entre 15 e 30 anos	48	23,9	22	18,5	70	21,9
Entre 31 e 40 anos	66	32,8	38	31,9	104	32,5
Entre 41 e 60 anos	72	35,8	53	44,5	125	39,1
Acima de 60 anos	15	7,5	6	5,0	21	6,6
Total	201	100,0	119	100,0	320	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Quando se observa a escolaridade dos entrevistados, verifica-se razoável percentual de pessoas que não tiveram acesso a nenhum tipo de instrução (21,3%) ou que se consideraram somente alfabetizados (28,1%). Por outro lado, constata-se que boa parte teve acesso à escola, chegando a 42,3%, o percentual entre aqueles que têm entre 1º grau incompleto e 2º grau incompleto. Porém, somente 5,6% e 1,6%, respectivamente, conseguiram concluir o 2º grau e o curso superior.

Quando se analisa a escolaridade a partir da perspectiva de gênero, verifica-se a existência de maior quantidade de homens sem instrução (25,2%) comparativamente ao percentual de mulheres (14,2%). Porém, nos demais níveis, não existem grandes diferenças de escolaridade entre homens e mulheres (Tabela 5).

Tabela 5 – Nível de escolaridade segundo o gênero dos entrevistados

Nível de Escolaridade	Homem		Mulher		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Sem instrução	51	25,4	17	14,3	68	21,3
Alfabetização	55	27,4	35	29,4	90	28,1
1º Grau Incompleto	66	32,8	42	35,3	108	33,8
1º Grau Completo	9	4,5	6	5,0	15	4,7
2º Grau Incompleto	8	4,0	4	3,4	12	3,8
2º Grau Completo	10	5,0	8	6,7	18	5,6
Superior Incompleto	0	0,0	4	3,4	4	1,3
Superior Completo	2	1,0	3	2,5	5	1,6
Total	201	100,0	119	100,0	320	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

7.2 – Perfil das Famílias Extensas

A média de pessoas por grupo familiar entrevistado é de 5,3 pessoas (1.697 membros/320 famílias). O grupo é composto predominantemente por jovens, pois mais da metade dos membros dessas famílias (65,1%), encontra-se na faixa etária entre 0 e 30 anos de idade e outros 15,2% têm entre 41 e 60 anos. Somente 3,3% dos membros dessas famílias têm mais de 60 anos (Tabela 6).

É importante ressaltar que 81,9% dos membros das famílias entrevistadas habitam no domicílio. Os demais residem em outros locais não investigados na presente pesquisa.

Tabela 6 – Faixa etária das famílias dos entrevistados

Faixa etária dos membros da família	Quantidade	%
Entre 0 e 14 anos	446	26,3
Entre 15 e 30 anos	659	38,8
Entre 31 e 40 anos	277	16,3
Entre 41 e 60 anos	257	15,2
Acima de 60 anos	56	3,3
Não respondeu	02	0,1
Total Membros	1.697	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

A partir das declarações feitas pelos entrevistados, verifica-se que, do total dos membros das famílias, 39,7% possuem renda para o sustento da família, enquanto que 55,2% não conseguem obter renda suficiente para isso. Outros 5,1% não responderam à pergunta (Tabela 7).

É elevado o número de ocupações informais, considerando que, do total dos membros das famílias, somente 5,2% têm assinada a Carteira de Trabalho. Ainda, segundo declaração dos entrevistados, a renda média mensal da família extensa é de R\$ 270,20 (aproximadamente US\$ 91) (Tabela 7).

Tabela 7 – Situação das famílias com relação à renda mensal e carteira de trabalho

Situação	Sim	%	Não	%	Não respondeu	%	Total Membros
Possui renda para o sustento da família?	674	39,7	937	55,2	86	5,1	1.697
Possui Carteira de Trabalho assinada?	89	5,2	1.470	86,6	138	8,2	1.697
Valor da Renda Média Mensal da Família Extensa (R\$)					270,20		

Fonte: Elaboração dos autores.

Analisando-se a distribuição das famílias entrevistadas entre as categorias sociais, verifica-se que do total, somente 27,8% são “proprietárias” das terras onde trabalham. Por outro lado, a maioria (72,2%) está na categoria “sem-terra” e 27,0% são “parceiras”. Do total das famílias, 7,2% se distribuem entre as categorias de “arrendatário”, “diarista”, “herdeiro”, “ocupante” e “assentado” (Tabela 8).

Tabela 8 – Categorias sociais dos entrevistados

Condição do produtor rural	Quantidade	%
Sem-terra	231	72,2
Parceiro	87	27,2
Proprietário	89	27,8
Arrendatário	15	4,7
Diarista	04	1,3
Herdeiro	02	0,6
Ocupante	01	0,3
Assentado	01	0,3
Total Famílias	320	_____

Fonte: Elaboração dos autores.

Verifica-se que não somente os “sem-terra” são submetidos a condições precárias de exploração de terra de trabalho. Também as famílias “doras de terras” enfrentam semelhante problema, na medida em que a grande maioria (84,3%) possui área que não supera os 10 hectares. Apenas uma propriedade (1,1%) tem área superior a 200 hectares. As demais (14,6%) têm área individual entre 11 e 50 hectares (Tabela 9).

Considerando a média de 5,3 pessoas por grupo familiar, e tendo em vista tratar-se de região incluída no semi-árido, observa-se que o tamanho das propriedades é extremamente reduzido, insuficiente para ocupar toda a força de trabalho do grupo familiar, bem como proporcionar os elementos necessários para a reprodução física e social da unidade doméstica. Em outras palavras, falta terra para que o trabalho possa se materializar, o que dificulta a reprodução das unidades domésticas. Segundo Garcia Júnior (1983, p. 224), o que dificulta a reprodução de unidades domésticas nessas condições não é sua insuficiência de potencial de trabalho, “...mas por não terem acesso à terra de trabalho em que possam materializá-lo”. Assim sendo, é provável que o grupo familiar faça uso crescente de atividades não-agrícolas, como forma de complementar a renda necessária à aquisição do consumo familiar.

Tabela 9 – Tamanho da propriedade rural das famílias

Tamanho da propriedade rural	Quantidade	%
Até 10 hectares	75	84,3
De 11 a 30 hectares	11	12,4
De 31 a 50 hectares	2	2,2
De 51 a 100 hectares	0	0,0
De 101 a 200 hectares	0	0,0
De 201 a 500 hectares	1	1,1
Acima de 500 hectares	0	0,0
Total Propriedades	89	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

7.3 – Atividades Desenvolvidas pelos Membros das Famílias Extensas

No item anterior, observou-se que existe escassez de terra para ocupação da mão-de-obra disponível entre as famílias entrevistadas. Por esse motivo, as atividades não-agrícolas têm grande importância para as famílias, conforme apresentado na Tabela 10. Veja-se que a maioria das famílias (67,8%) considera-a

a principal atividade, superando, em grande escala, as atividades agrícolas. Parte dessas famílias (41,3%) sequer pratica qualquer atividade agropecuária (Tabela 11).

Por outro lado, somente 32,2% das famílias têm a agropecuária como sua principal atividade (Tabela 10). E dentre essas atividades, a produção de grãos é a mais importante, por ser exercida por 50,0% das famílias, conforme apresentado na Tabela 11. Outras atividades agropecuárias de menor importância são a fruticultura, a ovinocaprinocultura, a bovinocultura e a mandioca, exercidas por respectivamente 21,3%, 9,4%, 9,0% e 7,5% das famílias.

Tabela 10 – Atividade principal dos membros das famílias

Atividade principal	Quantidade	%
Agrícola	103	32,2
Não-Agrícola	217	67,8
Total Famílias	320	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

A produção de grãos (basicamente milho e feijão) aparece como a mais importante (50% dos agricultores dedicam-se a essa atividade), contrapondo-se aos dados para o pólo como um todo, que apresentam a fruticultura irrigada como a principal atividade. Ocorre, na verdade, uma preocupação do grupo em priorizar a manutenção de atividades de subsistência, como forma de garantir a alimentação familiar. Entre tais agricultores acontece o mesmo relatado por Alves (1999, p. 74) em pesquisa realizada no sertão cearense (município de Tejuçuoca), que por tratar-se de grupo com características eminentemente de camponeses, é “movido pelo princípio básico da maximização da segurança e minimização do risco...”. Por isso, “na hora de plantar”, prioriza as atividades de subsistência.

Tabela 11 – Atividades agrícolas praticadas pelos membros das famílias

(continua)

Atividades agrícolas exercidas pelos membros da família	Quantidade	%
Produção de Grãos	160	50,0
Fruticultura	68	21,3
Ovinocaprinocultura	30	9,4
Bovinocultura	29	9,0
Mandioca	24	7,5
Avicultura	18	5,6

Tabela 11 – Atividades agrícolas praticadas pelos membros das famílias

(conclusão)

Atividades agrícolas exercidas pelos membros da família	Quantidade	%
Pesca	12	3,8
Suinocultura	05	1,6
Horticultura	3	0,9
Melancia	01	0,3
Algodão	01	0,3
Batata doce	01	0,3
Nenhuma	132	41,3
Total Famílias	320	—

Fonte: Elaboração dos autores.

Quando indagados sobre qual atividade não-agrícola é considerada mais importante, os entrevistados apontam o artesanato, o comércio e a construção civil, como sendo as três principais (Tabela 12). O artesanato é a atividade mais importante, sendo praticada por membros de 17,8% famílias. Em seguida, aparecem o comércio (composto principalmente por bodega e mercearia) e a construção civil, praticados por 17,5% e 12,8%, respectivamente do total das famílias.

Porém, estas não são as únicas atividades não-agrícolas exercidas por essas famílias. Dentro da grande diversidade de atividades citadas, podem também ser destacadas, por apresentarem relativa importância, os serviços gerais (9,6%), o assalariamento no meio urbano (8,8%)¹⁴, o magistério (6,3%), a pequena e média indústria rural (5%)¹⁵ e o trabalho com confecções (2,8%).

¹⁴ Quanto ao assalariamento no meio urbano, observa-se grande variedade de ocupações, dentre as quais destacam-se: funcionário público, auxiliar administrativo, comerciário, telefonista, secretária, caixa, gerente, auxiliar financeiro, auxiliar de enfermagem, agente de saúde, coletor de dados do Ibama, merendeira de escola, vendedor, policial, garçom, operário e zelador.

¹⁵ A pequena ou média indústria rural inclui atividades de beneficiamento de castanha, fabricação de queijos, de cera, de mel de abelhas, de vinho, de doce de caju e a fabricação de tijolos.

Por outro lado, verifica-se que, entre as famílias, ainda não existem ocupações no setor de turismo rural.

Ainda, tendo em vista o grande número de jovens entre as famílias, é reduzido o número de aposentados e pensionistas, menos de 1%.

Tabela 12 – Atividades não-agrícolas praticadas por membros das famílias

Atividade não-agrícola exercida pelos membros da família	Quantidade	%
Artesanato	57	17,8
Comércio (Bodega/mercearia/outros)	56	17,5
Construção civil	41	12,8
Serviços Gerais	30	9,4
Assalariado no meio urbano	28	8,8
Magistério [professor(a)]	20	6,3
Pequena ou média indústria rural	16	5,0
Confecções	9	2,8
Diarista	8	2,5
Caseiro (a)	7	2,2
Motorista/Bugueiro	7	2,2
Carpinteiro	6	1,9
Vigia	6	1,9
Bar/Restaurante	4	1,3
Empregado(a) doméstico(a)	3	0,9
Mecânico	3	0,9
Aposentados e pensionistas	2	0,6
Borracheiro	2	0,6
Catador de lixo	2	0,6
Eletricista	2	0,6
Mineração	1	0,3
Turismo rural	0	0,00
Outros (Promotor de bolão de vaquejada, Empresário, Artista plástico)	7	2,2
Total Famílias	320	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

O fato de somente 32,2% famílias indicarem a atividade agropecuária como sua atividade produtiva mais importante, diferentemente do que ocorre com as atividades não-agrícolas (consideradas as mais importantes para 67,8%),

pode ser uma indicação de que algumas dessas atividades (não-agrícolas) estejam ocupando um lugar importante na obtenção de renda para a família.

Assim é que, segundo afirmação da maioria dos entrevistados (65%), a prática de atividades não-agrícolas por parte de membros da família se deve à necessidade de complementar a renda familiar (Tabela 13). Outros 28,4% justificam o exercício dessas atividades pelo fato de não haver disponibilidade de terras para a prática da agricultura e 5,6%, por não haver opções de trabalho. Por outro lado, somente 4,7% admitem que não gostam do trabalho agrícola e por isso praticam atividades não-agrícolas. Além desses motivos, existem aqueles que praticam atividade não agrícola por lazer, conforme resposta de 5,6% dos entrevistados.

Tabela 13 – Motivos pelos quais se pratica atividades não-agrícolas na família extensa

Motivos	Quantidade	%
Para complementar a renda familiar	208	65,0
Não possui terra para praticar a agricultura	91	28,4
Por não ter outro trabalho	18	5,6
Por lazer	18	5,6
Não gosta do trabalho agrícola	15	4,7
Por que gosta da atividade	10	3,1
Outros motivos	06	1,9
Total Famílias	320	—

Fonte: Elaboração dos autores.

A baixa renda e escassez de meios de produção agropecuária fazem com que a grande maioria das famílias (97,5%) exerça atividades não-agrícolas que asseguram uma remuneração. Somente oito famílias (2,5%) declararam que suas atividades não-agrícolas não oferecem remuneração, sob as seguintes justificativas: não há interesse em vender, a produção é destinada ao consumo doméstico (50,0%); não consegue produzir em escala (25,0%); o produto não tem qualidade para ser levado ao mercado (12,5%); não compensa vender o produto (12,5%).

É provável, portanto, que esteja ocorrendo uma inversão na importância que algumas atividades não-agrícolas ocupam nos trabalhos familiares. Muitas dessas atividades, a exemplo do artesanato, eram reservadas no passado às horas livres dos trabalhos domésticos.

A dedicação de membros das famílias à prática de atividades não-agrícolas é confirmada pelos dados apresentados na Tabela 14 abaixo.

A maioria das famílias entrevistadas (62,5%) afirma que a atividade não-agrícola ocupa acima de 30 horas semanais; outros 10,3% ocupam de 25 a 30 horas semanais nessa atividade, enquanto que 17,2% ocupam de 19 a 24 horas semanais, o que confirma a importância que tais atividades vêm assumindo na divisão do trabalho entre os grupos familiares pesquisados (Tabela 14).

Tabela 14 – Periodicidade da prática da atividade não-agrícola

Periodicidade	Quantidade	%
Até 12 horas semanais	10	3,1
De 13 a 18 horas semanais	24	7,5
De 19 a 24 horas semanais	55	17,2
De 25 a 30 horas semanais	33	10,3
Acima de 30 horas semanais	198	62,5
Total Famílias	320	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Quando indagados sobre os principais problemas no desenvolvimento das atividades não-agrícolas, os entrevistados apontam o financiamento (20,6%), as máquinas e equipamentos (13,8%) e os canais de comercialização (10,0%), como sendo os mais problemáticos (Tabela 15).

A solução para o problema do financiamento da atividade, segundo os entrevistados, ocorreria com a liberação de empréstimos de forma rápida, fácil e sem burocracia para melhorar o negócio, aprimorar o trabalho, aumentar a produção e aumentar as vendas.

Os problemas de acesso a máquinas e equipamentos também seriam solucionados com o financiamento para sua aquisição, bem como através de projeto associativo; alguns entrevistados apontaram a união e o trabalho em grupo como uma necessidade para o desenvolvimento da atividade e o crescimento da produção.

Com relação à deficiência nos canais de comercialização, 15,6% daqueles que a apontaram como o principal problema da atividade, acreditam que poderia ser resolvida com a criação de uma associação; outros 37,5% acham que a melhoria da dinâmica da economia local, com o respectivo aumento do mercado consumidor, poderia ser a solução para a deficiência nos canais de comercialização. Isso contribuiria, inclusive, para a redução do número de atravessadores, apontado por 6,3% também como uma forma de reduzir o problema.

Importante observar que a pesquisa revela um dado surpreendente ao apontar que 39,7% dos entrevistados declararam não haver problemas no

desenvolvimento das atividades não-agrícolas de sua família, quando se esperava que a maioria apontasse a existência de problemas de diversas ordens, tais como falta de organização, ausência de treinamento, deficiências de infra-estrutura etc. Estes itens foram minimamente citados pelos entrevistados, conforme observado na Tabela 15, a seguir.

Tabela 15 – Principais problemas no desenvolvimento das atividades não-agrícolas

Problemas	Quantidade	%
Financiamento	66	20,6
Máquinas e equipamentos	44	13,8
Falta de organização	2	0,6
Falta de treinamento	3	0,9
Falta de profissionalismo	0	0,0
Falta de pessoal auxiliar	3	0,9
Fornecedores de matéria-prima	22	6,9
Canal de comercialização deficiente	32	10,0
Falta de serviço	30	9,4
Baixa estação	25	7,8
Falta de Infra-estrutura	5	1,6
Outros	16	5,0
Não tem problemas	127	39,7
Total de Famílias	320	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

7.4 – Fontes de Financiamento para as Atividades Não-agrícolas Desenvolvidas pelos Membros das Famílias Extensas

Do total dos entrevistados (320), a grande maioria (95,6%) declarou que suas famílias utilizam somente recursos próprios para desenvolver suas atividades não-agrícolas e, portanto, não dispõem de financiamento externo.

Por outro lado, o financiamento obtido por 4,4% das famílias restantes foi concedido pelo fornecedor da matéria-prima (3,2%), BNB (0,6%) e agiota (0,6%).

Tabela 16 – Principais fontes de financiamento das atividades não-agrícolas

Fontes de Financiamento	Quantidade	%
BNB	2	0,6
Outros Bancos (citar)	0	0,0
Crédito Informal	0	0,0
ONGs	0	0,0
Cooperativas de crédito	0	0,0
Agiota	2	0,6
Fornecedor de matéria-prima	10	3,2
Comprador do produto	0	0,0
Não dispõe de financiamento, utiliza apenas recursos próprios	306	95,6
Total de Famílias	320	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Dos 14 entrevistados que declararam ter tido acesso a financiamento para suas atividades não-agrícolas, 85,7% utilizaram os recursos para compra de matéria-prima; outros 14,3% afirmam que utilizaram os recursos para aquisição de máquinas e equipamentos e 7,1% aplicaram os recursos em capital de giro (Tabela 17).

Tabela 17 – Finalidades do financiamento das atividades não-agrícolas

Finalidades do Financiamento	Quantidade	%
Aquisição de máquinas e equipamentos	2	14,3
Compra de matéria-prima	12	85,7
Investimento	2	14,3
Capital de giro da atividade não-agrícola	1	7,1
Total Famílias com financiamento	14	—

Fonte: Elaboração dos autores.

Sobre a adequação, suficiência e oportunidade do crédito obtido, os entrevistados apresentaram opiniões que variam entre favoráveis e desfavoráveis, tendo maior peso, em termos percentuais, as opiniões desfavoráveis, conforme se pode observar na Tabela 18, abaixo. Do total dos entrevistados que tiveram acesso a alguma fonte de financiamento, 35,7% consideram-no inadequado; 71,4%, insuficiente e 21,4%, inoportuno; por outro lado, 21,4%, 28,6% e 28,6%, respectivamente, dos entrevistados, consideram a fonte de financiamento adequada, suficiente e oportuna.

Tabela 18 – Opinião do entrevistado sobre adequação, suficiência e oportunidade da fonte de financiamento das atividades não-agrícolas

Opinião sobre a Fonte de Financiamento		Quantidade	%
Adequação	Adequada	3	21,4
	Inadequada	5	35,7
	Não respondeu	6	42,8
	Total	14	100,0
Suficiência	Suficiente	4	28,6
	Insuficiente	10	71,4
	Não respondeu	0	0,0
	Total	14	100,0
Oportunidade	Oportuna	4	28,6
	Inoportuna	3	21,4
	Não respondeu	7	50,0
	Total	14	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Quando indagados sobre quais finalidades dariam aos recursos caso obtivessem novos financiamentos para investir na atividade não-agrícola, 15% dos entrevistados responderam que aplicariam na aquisição de máquinas e equipamentos, 12,8%, na compra de matéria-prima e 18,1%, utilizariam os recursos como capital de giro da atividade.

Porém, acima da metade dos entrevistados (185 ou 57,8%) declararam que não gostariam de obter financiamento para investir em suas atividades não-agrícolas, o que denota certa reserva do grupo com relação ao sistema financeiro (Tabela 19).

Tabela 19 – Finalidades de novos financiamentos para investir nas atividades não-agrícolas

Finalidades do novo financiamento	Quantidade	%
Aquisições de máquinas e equipamentos	48	15,0
Comprar matéria-prima	41	12,8
Investimento	25	7,8
Capital de giro da atividade não-agrícola	58	18,1
Outros	26	8,1
Não gostaria de obter financiamento	185	57,8
Total Famílias	320	_____

Fonte: Elaboração dos autores.

Com efeito, deste total, cinco haviam tido acesso a algum tipo de financiamento anteriormente, porém, quatro deles declararam que “têm medo de não poder pagar”, “medo dos juros”, ou preferem “não ficar devendo”, por isso não querem mais o financiamento; apenas um declarou que não tomaria outro financiamento “porque ainda está pagando um empréstimo” (Tabela 20).

Os demais entrevistados (180) que não pretendem obter financiamento apresentaram diversas justificativas para tal decisão, aparecendo como mais importante o “medo de não poder pagar” (34,4%). Na mesma linha, aparece com menor percentual o “medo de juros” (6,1%) e o “medo de Banco” (5,0%). Há também os que afirmam não necessitar de financiamento (31,7%) ou que sua atividade “não se enquadra” (20,5%).

Porém, existem aqueles que não gostam de dever (7,8%), que não têm interesse em contrair financiamentos (6,7%) ou conduzem negócios cujo porte não comporta empréstimo (7,8%).

Tabela 20 – Justificativa para a não aquisição de novos financiamentos

Justificativa	Famílias com financiamento “em ser”		Famílias sem financiamento “em ser”		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Medo de não poder pagar	44	24,4	02	40,0	46	24,9
Medo de Banco	09	5,0	—	—	09	4,8
Medo de juros	11	6,1	01	20,0	12	6,5
Não gosta de dever	14	7,8	01	20,0	15	8,1
O porte do negócio não comporta empréstimo	14	7,8	—	—	14	7,6
Não necessita	39	21,7	—	—	39	21,1
Não tem interesse	12	6,7	—	—	12	6,5
Não se enquadra	37	20,5	—	—	37	20,0
Está pagando um empréstimo	—	—	01	20,0	01	0,5
Total	180	100,0	05	100,0	185	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

7.5 – Organização, Planejamento e Controle Exercidos pelas Famílias Extensas

No que se refere à atividade de planejamento, foram listadas, conforme apresentado na Tabela 21, algumas áreas consideradas importantes e consultadas aos entrevistados. Observou-se que grande parte (68,2%) não realiza tal atividade, enquanto que apenas 15,9% planejam a comercialização e 8,5% planejam a produção.

Tabela 21 – Áreas em que são realizadas atividades de planejamento para as atividades não-agrícolas

Áreas de Planejamento	Quantidade	%
Produção	27	8,5
Comercialização	51	15,9
Aquisição de insumos	1	0,3
Utilização máquinas/implementos	1	0,3
Armazenamento	2	0,6
Beneficiamento/industrialização	1	0,3
Capacitação e Assistência Técnica	3	0,9
Propaganda e Marketing	1	0,3
Recursos Humanos e Materiais	14	4,5
Não realiza atividade de planejamento	219	68,4
Total Famílias	320	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Dentre aqueles entrevistados que praticam planejamento (total de 101 entrevistados), 33,7% declararam que tal planejamento é feito com a participação da família; outros 27,7% o fazem isoladamente. Ainda, 22,8% envolvem os funcionários nas atividades de planejamento. O item outros (12,8%) é composto principalmente de professores, os quais afirmam realizar a atividade de planejamento no grupo escolar (Tabela 22).

Deve-se ressaltar, que a revelação de grande percentual de famílias realizando planejamento isoladamente, com reduzida participação de associações, cooperativas ou organizações não-governamentais, representa um indício de baixo nível de organização entre as famílias pesquisadas.

Tabela 22 – Quem participa do planejamento para as atividades não-agrícolas

Quem participa desse planejamento?	Quantidade	%
O produtor isoladamente	28	27,7
O produtor juntamente com a família	34	33,7
O produtor juntamente com a família e vizinhança/comunidade	01	1,0
Sebrae	00	0,0
Associação/Cooperativa	01	1,0
ONGs	0	0,0
Os funcionários	23	22,8
Com os fornecedores de matéria-prima	01	1,0
Outros	13	12,8
Total Famílias que planejam atividades	101	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Outra problemática observada junto às famílias extensas pesquisadas, é a ausência de orientação para o planejamento das atividades não-agrícolas. Ou seja, além do elevado percentual de famílias que não realiza planejamento (Tabela 21), entre aquelas que realizam alguma atividade de planejamento, a maioria (56,2%) não recebe orientação para tal (Tabela 23).

Por outro lado, entre as famílias que recebem alguma orientação para o planejamento de sua atividade não-agrícola, verifica-se uma grande dispersão em termos de oferta do serviço, aparecendo como mais representativos a prefeitura (16,8%), o comprador do produto (8%) e o governo (6%). Não se observa a participação de ONGs e sindicatos neste processo, o que denota o baixo nível de organização das comunidades locais.

Tabela 23 – Entidade que oferece orientação para o planejamento das atividades não-agrícolas

Entidade	Quantidade	%
Cooperativa/Associação	2	2,0
Escritório de Projeto/Profissional Autônomo	4	4,0
Emater	1	1,0
Prefeitura	17	16,8
Sindicato	0	0,0
Governo	6	6,0
ONGs	0	0,0
Fornecedor da matéria-prima	3	3,0
Comprador do produto	8	8,0
Empregador	3	3,0
Não existe orientação	57	56,2
Total Famílias que planejam atividades	101	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Com relação ao controle gerencial das atividades não-agrícolas, apresenta-se como um problema do grupo pesquisado, tendo em vista que mais da metade das famílias extensas (58,1%) não faz nenhum tipo de controle gerencial, conforme se pode observar na Tabela 24. Entretanto, no que diz respeito à qualidade do serviço, 28,1% das famílias preocupam-se e realizam controle gerencial. Outros gerenciam o controle de preços (12,5%) e a qualidade dos produtos (17,2%). Curiosamente, os menores percentuais de adoção de controle gerencial ocorrem nas áreas de custos (9,4%) e estoques (8,4%).

Tabela 24 – Áreas em que são realizadas atividades de controle gerencial das atividades não-agrícolas

Áreas de controle gerencial	Quantidade	%
Custos	30	9,4
Estoques	27	8,4
Preços	40	12,5
Qualidade dos Produtos	55	17,2
Qualidade dos Serviços	90	28,1
Não faz controles	186	58,1
Total	320	—

Fonte: Elaboração dos autores.

7.6 – Produção e Mercados para os Produtos das Famílias Extensas

Com relação à aquisição de matéria-prima para a prática das atividades produtivas, 30,9% dos entrevistados afirmaram que há facilidade e 11,3% declararam que há dificuldade de adquiri-la. Porém, a maioria respondeu que a situação não se aplica à realidade do entrevistado (Tabela 25). Com efeito, conforme se observou no item 6.3., boa parte dos entrevistados pratica atividades de serviço nas áreas de magistério, construção civil, emprego doméstico, vigilância, mecânica, dentre outros.

Tabela 25 – Condições para a aquisição de insumos/fornecimento de matéria-prima

Existe facilidade de aquisição de insumos/fornecimento de matéria-prima?	Quantidade	%
Sim	99	30,9
Não	36	11,3
Não se aplica ao entrevistado	185	57,8
Total Famílias	320	100,0

Fonte: Elaboração dos atores.

Dentre os que alegaram a dificuldade de adquirir a matéria-prima, foram apontados os motivos conforme apresentado na Tabela 26 a seguir. Acima de 50,0% apontaram a falta de oferta de matéria-prima no local como a grande dificuldade; outros apontaram a escassez de matéria-prima como a principal dificuldade (19,4%) ou a falta de recursos para adquiri-la (19,4%).

Tabela 26 – Principais dificuldades para a aquisição de matéria-prima

Justificativas	Quantidade	%
Não há oferta de matéria-prima no local (necessidade de deslocamento)	19	52,8
Escassez de matéria-prima	7	19,4
Escassez de capital para aquisição de matéria-prima	7	19,4
Oferta de matéria-prima somente no período de safra	1	2,8
O atravessador se antecipa e adquire a matéria-prima	1	2,8
Total	36	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Na Tabela 27, a seguir, é apresentada a ordem de importância conferida pelos entrevistados aos produtos de suas unidades de produção. Foram citados os produtos feijão, castanha de caju, milho, produtos da pesca, mandioca, artesanato e mel de abelha.

O feijão é o produto principal para 97 famílias, o segundo produto para 39 famílias e o terceiro para 13 famílias, representando, respectivamente, 30,3%, 12,2% e 4,0% do total das famílias entrevistadas; o milho, apesar de perder a primeira posição para o feijão, é o segundo produto mais importante para 85 famílias, o terceiro para 28 e o quarto para nove famílias, o equivalente a, respectivamente, 26,6%, 8,8% e 2,8% das famílias; a castanha de caju e os produtos da pesca, por sua vez, representam o principal produto para 27 famílias, o equivalente a 8,4% do total entrevistado; quanto ao mel de abelha, somente três famílias declararam tê-lo como o produto mais importante.

Em termos de atividades não-agrícolas, somente o artesanato aparece como produto importante, sendo o segundo produto para 13 das famílias entrevistadas.

Tabela 27 – Principais produtos agrícolas e não-agrícolas produzidos pela família, em ordem crescente de sua importância

Ordem de importância do produto	Quantidade de respostas por produto						
	Feijão	Castanha Caju	Milho	Produtos da pesca	Mandioca	Artesanato	Mel de Abelha
1º	97	27	11	27	-	-	3
2º	39	7	85	-	8	13	-
3º	13	4	28	-	10	2	-
4º	2	3	9	2	2	5	-
5º	-	-	-	-	1	-	-
6º	-	-	-	2	-	1	1
7º	-	-	-	-	-	1	1

Fonte: Elaboração dos autores.

7.7 – Capacitação e Assistência Técnica recebida pelos Membros das Famílias Extensas

Veja-se, a partir dos dados apresentados na Tabela 28, que a grande maioria dos entrevistados (entre 63,0% e 99,0%) não participou, no ano de 2002, de nenhum evento do tipo reunião, curso, seminário ou congresso. Importante observar que a maior participação ocorre em eventos promovidos por universidades, considerando-se que 24,4% participaram de dois a quatro destes eventos e 9,6% participaram de mais de cinco eventos promovidos por essas organizações.

Merece destaque, ainda, a participação de 9,0% dos entrevistados, em pelo menos dois e até quatro eventos promovidos por cooperativas/associações.

Tabela 28 – Participação do entrevistado em eventos e treinamentos no ano de 2002

Entidade Promotora	Eventos (*)							Total Entrevistados
	0	%	1	%	2	%	3	
Cooperativa / Associação	264	82,5	7	2,2	29	9,0	20	6,3
Sindicatos / Partidos	287	89,7	3	0,9	20	6,3	10	3,1
Organizações N/ Governamentais	318	99,4	1	0,3	1	0,3	0	–
Organizações Governamentais	301	94,0	14	4,4	4	1,3	1	0,3
Organizações / Universidade	201	62,8	10	3,1	78	24,4	31	9,6
Outros (citar)	302	94,4	4	1,3	13	4,1	1	0,3

(*) Eventos: 0 – Nenhum evento; 1 – Até 1 evento; 2 – De 2 até 4 eventos; 3 – Acima de 5 eventos.

Fonte: Elaboração dos autores.

Com relação a apoio técnico, como era de se esperar, a maior parte dos entrevistados (86,6%) declarou não receberê-lo na implantação e/ou desenvolvimento de sua atividade não-agrícola (Tabela 29).

Tabela 29 – Formas de apoio técnico obtido na implantação e/ou desenvolvimento da atividade não-agrícola

Formas de apoio técnico	Número de respostas	%
Assistência técnica na área de produção	3	0,9
Assistência técnica na área gerencial	0	–
Comercialização	0	–
Capacitação técnico/produtiva	1	0,3
Capacitação em gestão e administração	0	–
6 – Outros	43	13,4
7 – Não recebe(u) apoio técnico	277	86,6
Total	320	_____

Fonte: Elaboração dos autores.

7.8 – Organização Social entre Membros das Famílias Extensas

A participação em entidades associativas é relativamente baixa entre os entrevistados (Tabela 30) o que era de se esperar, tendo em vista as indicações observadas em informações analisadas anteriormente. Somente 35,0% são filiados a alguma organização, enquanto que 65,0% não têm nenhum tipo de participação associativa.

Tabela 30 – Participação de membros da família em organizações associativas

Resposta	Quantidade	%
1 – Sim	113	35,0
2 – Não	207	65,0
Total	320	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Entre os filiados a organizações associativas, cerca de 89% são ligados a alguma associação comunitária. Somente um entrevistado é filiado a cooperativa e os demais participam da associação do Fundec, dos Agentes de Saúde ou do Clube de Mães.

Foi indagado ao grupo de entrevistados associados de que forma a sua organização associativa contribui para o sucesso do seu negócio não-agrícola, ao que 98,2% responderam que a organização não contribui de forma alguma para o sucesso do seu negócio. Somente 3,6% afirmaram receber ajuda no processo de capacitação e 1,8% nas áreas de assistência técnica, comercialização dos produtos ou acesso a crédito (Tabela 31).

Tabela 31 – Formas de contribuição da organização associativa para o sucesso da atividade não-agrícola

Forma de contribuição	Número de respostas	%
Facilitando/oferecendo assistência técnica	2	1,8
Facilitando/oferecendo capacitação	4	3,6
Realizando/intermediando a comercialização do produto	2	1,8
Facilitando o acesso ao crédito	2	1,8
Outros (citar)	4	3,6
A organização associativa não contribui para o sucesso do meu negócio agrícola	101	98,2
Total	113	—

Fonte: Elaboração dos autores.

Para aqueles que declararam não participar de organizações associativas, os motivos são a falta de interesse, por não concordar com as propostas da associação, ou porque consideram que a organização não traz benefícios e não cuida efetivamente dos interesses dos associados (43,5%), o desconhecimento da existência da organização (30%) ou porque não existe organização em sua comunidade (26,5%).

Tabela 32 – Justificativa para a não participação do entrevistado em organizações associativas

Justificativa	Número de respostas	%
Não tem interesse	90	43,5
Desconhece a existência de organização associativa na comunidade	62	30,0
Não existe organização associativa na comunidade	55	26,5
Total	207	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

7.9 – Montante e Composição da Receita Auferida pelas Famílias Extensas

Do total dos entrevistados, 56,7% afirmaram obter uma receita constante durante o ano; o restante (43,3%) considera que a receita da família é instável (Tabela 33). Vários fatores foram apontados como causadores dessa oscilação na receita familiar (Tabela 34), dentre os quais aparecem como mais importantes a escassez e a oscilação na oferta de serviços (35,5%), a baixa estação (15,9%), a oscilação nas vendas (13,8%) e a oscilação na produção (11,6%). Outros fatores que influenciam na instabilidade da receita anual das famílias são a fragilidade da agricultura e da produção artesanal (8,7%), bem como a sazonalidade das atividades não-agrícolas (7,2%) e agrícolas (5,8%).

Ressalte-se, aqui, a importância que as famílias atribuem ao setor de serviços como fonte de ocupação e renda. Isso ocorre em decorrência da fragilidade do sistema fundiário na região, já que 72,2% dos entrevistados declararam-se “sem-terra” (Tabela 8). Além disso, dos 27,2% que se declararam “proprietários”, 84,3% não dispõem de mais que 10 hectares para explorar (Tabela 9), revelando a necessidade de buscarem outras formas de obtenção de receita para a subsistência e reprodução do grupo familiar.

Tabela 33 – A Receita anual familiar é constante durante o ano?

Resposta	Quantidade	%
1 – Sim	182	56,7
2 – Não	138	43,3
Total	320	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 34 – Causas da oscilação da receita anual familiar

Causas	Quantidade	%
Escassez e oscilação na oferta de serviço	49	35,5
Baixa estação	22	15,9
Oscilação nas vendas	19	13,8
Oscilação na produção	16	11,6
Fragilidade da agricultura e da produção artesanal	12	8,7
Sazonalidade da atividade não-agrícola	10	7,2
Sazonalidade da atividade agrícola	08	5,8
Outros	02	1,5
Total	138	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

A partir de informações fornecidas sobre a venda de produtos agropecuários, no ano de 2002, buscou-se captar o montante da receita média agropecuária anual das famílias (Tabela 35). Do total de 320 famílias, 53,10% declararam comercializar grande diversidade de produtos agropecuários, aparecendo como mais importantes na composição da receita, a castanha de caju, o peixe, os animais bovinos, o feijão, o mel de abelha, o serviço de vaqueiro e o milho.

A presença de bovinos como um dos principais componentes da receita familiar, confirma o que mostra a literatura: neste segmento de agricultores (familiares), a criação de algumas cabeças de animais bovinos é um componente importante, principalmente como reserva de valor. No caso dos produtos feijão e milho, é importante ressaltar a sua importância não somente como o principal componente da subsistência familiar, como era de se esperar, mas também como importante gerador de renda monetária.

A receita média agropecuária mensal familiar, calculada a partir dos dados da Tabela 34, é R\$ 111,17, o equivalente a 62,49% do valor da renda média regional para a agricultura familiar, que é de R\$ 177,90, conforme nossa atualização dos cálculos realizados pelo INCRA (2000), com base no Censo

Agropecuário 1996/1996¹⁶. Este valor equivale a R\$ 1.334,04 anuais. Em termos *per capita*, a receita agropecuária mensal é R\$ 20,96¹⁷.

Para a realização do cálculo do desvio-padrão da receita de atividades agropecuárias, foi feita uma desagregação dos dados de receita da amostra total, chegando ao valor de R\$ 409,78 e uma receita máxima de R\$ 5.766,67, conforme mostrado no Gráfico 1, sugerindo que a receita agropecuária é bastante heterogênea entre as famílias pesquisadas.

Tabela 35 – Receita média familiar oriunda de atividades agropecuárias em 2002

(continua)

Receita média mensal familiar oriunda das atividades agropecuárias	Valor R\$
Venda de amêndoas de castanha de caju crua (kg)	8.947,83
Venda de peixe (kg)	5.933,75
Venda de animais bovinos (cabeça)	5.103,30
Produção de feijão (saca)	3.661,75
Venda de mel-de-abelha (litro)	2.291,00
Serviço de vaqueiro	1.980,00
Produção de milho (saca)	1.311,30
Produção de farinha de mandioca (saca)	942,58
Produção de arroz (saca)	933,30
Venda de queijo (kg)	922,00
Venda de animais ovinos (cabeça)	724,20
Venda de suínos (cabeça)	635,83
Venda de leite (litro)	484,42
Venda de frutas	380,41
Venda de animais caprinos (cabeça)	263,40
Venda de manivas (mandioca)	141,67
Venda de galinhas (cabeça)	112,92

¹⁶ O valor da renda mensal de R\$ 58,00 (Renda Agropecuária Anual [R\$ 696,00] / 12 meses) calculado pelo INCRA (2000) foi convertido ao dólar pela média da cotação vigente nos anos de 1995 e 1996, período de coleta dos dados do Censo Agropecuário utilizado como base da pesquisa (R\$ 0,965), obtendo-se o valor de US\$ 60,10; em seguida, este valor foi convertido para reais pela média da cotação do dólar nos meses de agosto e setembro de 2003, período da realização da pesquisa de campo, obtendo-se o valor de R\$ 177,90.

¹⁷ Atentar para o fato de que a receita com produtos da indústria rural não foi considerada no cálculo realizado na Tabela 34, pois nesta pesquisa, estes itens são considerados como atividades não-agrícolas. Por isso, tais itens foram incluídos na Tabela 35. Já no caso da pesquisa realizada pelo INCRA (2000), os produtos originários da indústria rural estão inseridos no cálculo da Receita Total Agropecuária. Isso nos faz concluir que a diferença entre os dois totais tende a ser efetivamente inferior ao que aqui se apresenta.

Tabela 35 – Receita média familiar oriunda de atividades agropecuárias em 2002

(conclusão)

Receita média mensal familiar oriunda das atividades agropecuárias	Valor R\$
Produção de goma (saca)	22,50
Venda de batatas	3,48
Outros ¹⁸	780,00
TOTAL	35.575,64
RECEITA MÉDIA AGROPECUÁRIA MENSAL FAMILIAR	111,17
RECEITA MÉDIA AGROPECUÁRIA MENSAL <i>PER CAPITA</i>	20,96
RECEITA MÉDIA AGROPECUÁRIA ANUAL FAMILIAR	1.334,04
DESVIO-PADRÃO	409,78

Fonte: Elaboração dos autores.

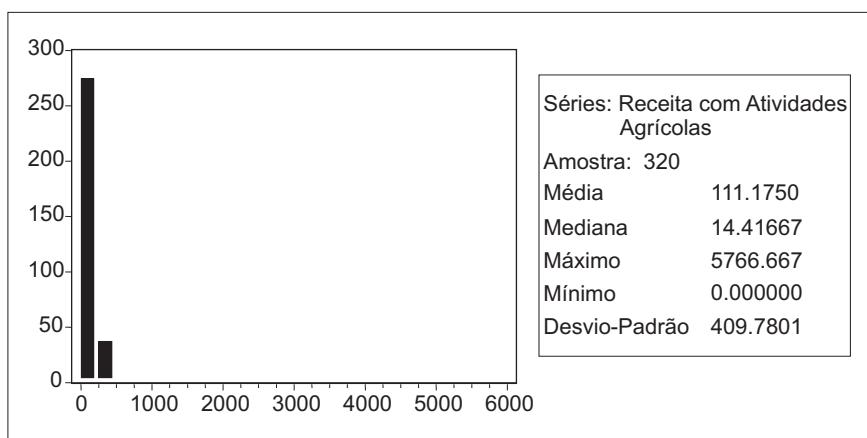


Gráfico I – Receita oriunda de atividades agrícolas (amostra: 320 famílias)

Fonte: Elaboração dos autores.

Em seguida, foi realizado um corte no valor de R\$ 2.000,00, com o objetivo de verificar o número de famílias com fontes de receita agropecuária superiores a este valor (Gráfico 2). Observou-se a existência de apenas duas famílias com receita superior (R\$ 3.879,17 e R\$ 5.766,67), o que contribuiu de forma significativa para a dispersão observada. Verificou-se, também, que o

¹⁸ Refere-se às atividades de corte do olho da carnaúba, ajudante de horta, ajudante de apiário.

principal fator que contribui para a obtenção de tais receitas é o bom nível de diversificação de atividades. Outra revelação, é que a dispersão maior é decorrente da receita obtida com a venda de animais bovinos (que são a maior reserva de valor considerada por esses agricultores) e de castanha de caju.

A nova simulação, feita com uma amostra de 318, excluindo-se, portanto, as duas famílias com receita superior a R\$ 2.000,00, mostrou um desvio-padrão bem inferior, no valor de R\$ 149,70 e uma receita máxima de R\$ 1.088,33, demonstrando que, na realidade, o grupo apresenta certa homogeneidade quanto à receita total obtida (Gráfico 2).

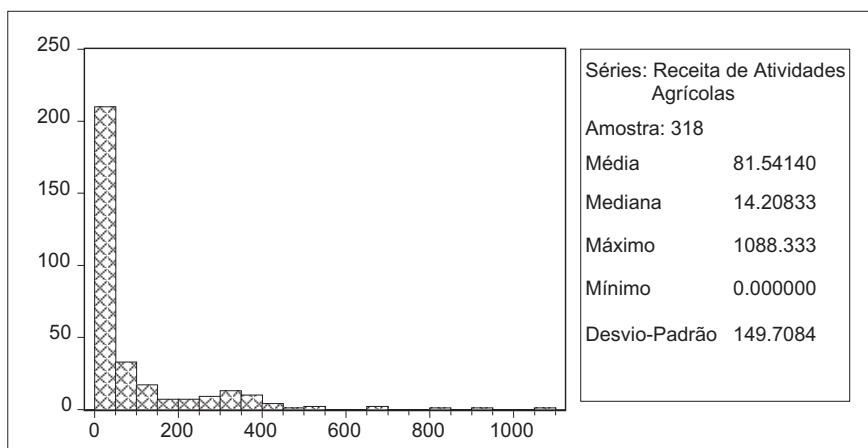


Gráfico 2 – Receita oriunda de atividades agrícolas (amostra: 318 famílias)

Fonte: Elaboração dos autores.

Com relação à atividade não-agrícola, além de ser elevado o percentual de agricultores que afirmam obter alguma receita (95,3%), a receita média mensal gerada é R\$ 205,36, bastante superior àquela gerada pelas atividades agropecuárias. Este valor equivale a 64,9% da receita total média mensal obtida pelas famílias, que é R\$ 316,53 (R\$ 111,17 + 205,36), resultado da soma da receita média mensal de atividades agropecuárias e de atividades não-agrícolas (Tabela 36).

Observe-se que a receita total equivale a US\$ 106.94¹⁹, valor bem superior àquele definido por Rocha (2000) para determinar a linha de pobreza no Nordeste rural. Segundo a autora, US\$ 24.84 é o valor da renda familiar mínima capaz de atender às necessidades básicas das famílias rurais do Nordeste²⁰. Em termos de receita *per capita*, a soma das receitas oriundas das atividades agrícolas e não-agrícolas corresponde a R\$ 59,68.

Importante ressaltar que ao calcular a média de receita a partir da resposta à questão de número 20 do questionário, “valor da renda média mensal” familiar (Anexo), chegou-se ao valor de R\$ 270,20 (Tabela 7), cerca de 85% do valor da receita média mensal obtida por meio das questões 46 e 47 do questionário (somatório da receita média constante das Tabelas 35 e 36), R\$ 316,53. A diferença entre receita e renda, então, pode-se estimar em aproximadamente 15%.

Na ordem de maior importância em termos de valor monetário, os itens de atividades não-agrícolas na composição da receita são: comércio, construção civil, magistério, assalariamento urbano, serviço de motorista, funcionário público e artesanato.

Da mesma forma que no caso das atividades agropecuárias, com base nos dados desagregados de receita, calculou-se o desvio-padrão para a receita obtida com atividades não-agrícolas, chegando ao valor de R\$ 255,42 e uma receita máxima de R\$ 2.500,00 (Gráfico 3).

¹⁹ Conversão feita pela média da cotação do dólar vigente nos meses de agosto e setembro de 2003 (R\$2,96), período em que foi realizada a pesquisa de campo.

²⁰ Para o cálculo da linha de pobreza no meio rural do Nordeste, para o ano de 1999, Rocha (2000) utilizou os dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), do IBGE, 1987/1988, considerando os diferenciais de padrões de consumo e preço ao consumidor da região e refletindo a estrutura de consumo observada em famílias de baixa renda.

Tabela 36 – Receita média familiar oriunda de atividades não-agrícolas em 2002

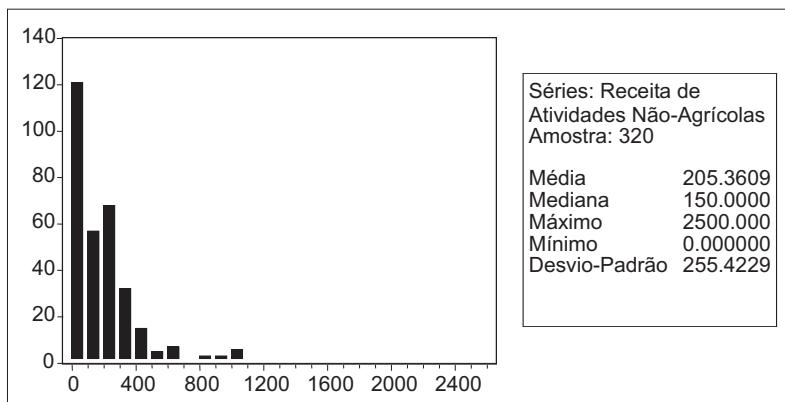
Receita média mensal familiar oriunda de atividades não-agrícolas	Valor R\$
Comércio ²¹	15.530,00
Construção civil (serviço de pedreiro / venda de tijolos)	6.955,00
Magistério [Professor (a)]	5.990,00
Assalariado no meio urbano	4.270,00
Serviço de motorista	4.140,00
Funcionário público ²²	3.720,00
Venda de artesanato	3.065,00
Serviço de diarista	2.094,00
Serviços gerais	1.935,00
Produção e venda de confecções	1.790,00
Turismo de praia (bugueiro)	1.610,00
Serviço de vigilante	1.440,00
Serviço de mecânica	1.170,00
Serviço de eletricista	1.120,00
Serviço de Coleta de Dados	1.000,00
Aposentadoria	800,00
Serviço de carpinteiro / marceneiro	670,00
Pequena indústria rural	542,00
Caseiro	520,00
Empregado doméstico	520,00
Emprego doméstico	520,00
Serviço de mineração	300,00
Serviço de carroceiro	180,00
Serviço de borracharia	140,00
Serviço de catador de lixo	120,00
Outros ²³	5.575,00
TOTAL	65.716,00
RECEITA MÉDIA MENSAL PER CAPITA	38,72
RECEITA MÉDIA MENSAL FAMILIAR	205,36
DESVIO PADRÃO	255,42

Fonte: Elaboração dos autores.

²¹ Engloba pontos comerciais como bodega (mercearia), bar, restaurante, lanchonete, padaria/confeitoria, sorveteria e venda de comida caseira, frutas, verduras e pamponha.

²² Inclui as atividades de saneamento básico, agente de saúde, auxiliar de enfermagem, policial, gari e merendeira.

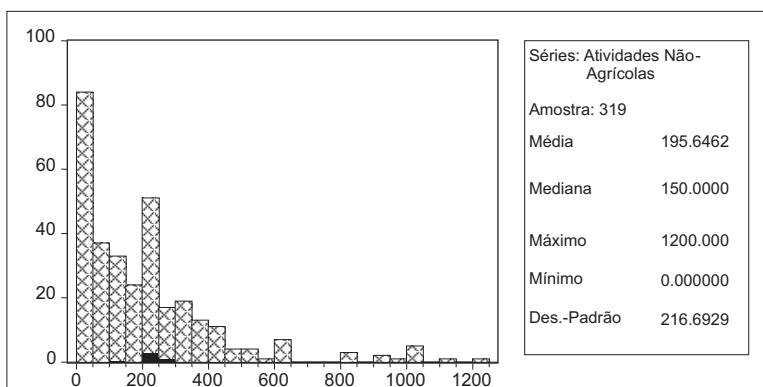
²³ Outras atividades são: promoção de bolão de vaquejada, barbeiro, cabeleireira, recepcionista, tratorista, frentista, empresário, artista plástico, jogador de lenha em caldeira, sapateiro, operador de máquinas e carregador de grade.



**Gráfico 3 – Receita oriunda de atividades não-agrícolas
(amostra: 320 famílias)**

Fonte: Elaboração dos autores.

Seguindo a mesma metodologia adotada para a receita oriunda de atividades agropecuárias, foi feito um corte no valor de R\$ 2.000,00, com o objetivo de separar as fontes de receita não-agrícola superior a este. Neste caso, verificou-se a existência de apenas uma família com receita ultrapassando o limite estipulado e cuja fonte era a venda de produtos na mercearia/bodega. O novo desvio-padrão calculado foi no valor de R\$ 216,69 e a maior receita observada passou a ser R\$ 1.200,00 (Gráfico 4).



**Gráfico 4 – Receita oriunda de atividades não-agrícolas
(amostra: 319 famílias)**

Fonte: Elaboração dos autores.

Finalmente, tomou-se a amostra total e, adotando os mesmos procedimentos anteriores, calculou-se o desvio-padrão da renda total (atividades agrícolas + atividades não-agrícolas), sem e com corte no valor de R\$ 2.000,00. O resultado foi, no primeiro caso, o desvio-padrão de R\$ 567,67 e a renda máxima de R\$ 8.266,67 (Gráfico 5); no segundo caso, um desvio-padrão de R\$ 228,02 e a renda máxima de R\$ 1.372,92 (Gráfico 6).

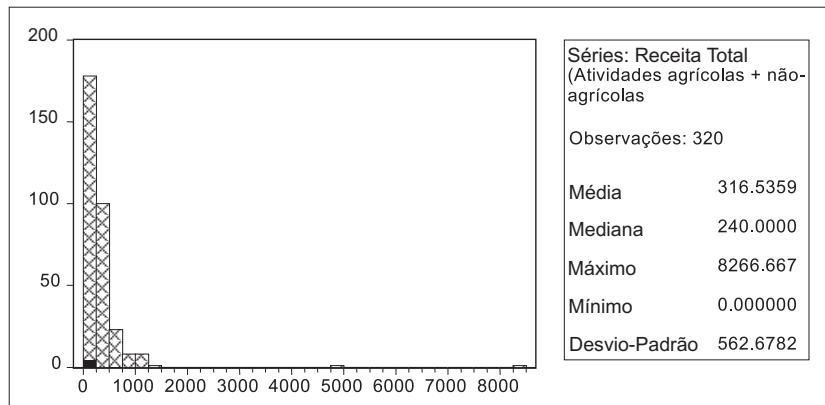


Gráfico 5 – Receita total (amostra: 320 famílias)

Fonte: Elaboração dos autores.

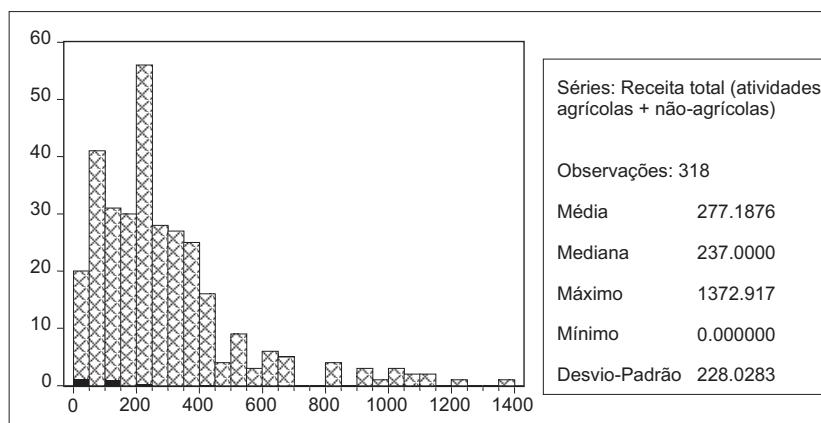


Gráfico 6 – Receita total (amostra: 319 famílias)

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados contidos na Tabela 37 confirmam o apresentado na Tabela 33, sobre a importância das atividades não-agrícolas na composição da renda das famílias entrevistadas e atestam a afirmação de alguns estudiosos, de que o resultado das atividades agropecuárias vem perdendo espaço para as atividades não-agrícolas, em termos de importância na composição da renda no meio rural brasileiro. Veja-se que para 25,6% das famílias, a atividade não-agrícola tem participação entre 60,0% e 80,0% na renda total. Ainda, para 31,6% dessas famílias, a participação é superior a 80,0%. Somando-se o percentual de famílias com participação a partir de 60,0% a maior que 80,0%, totaliza quase 60,0%, o que é bastante expressivo.

Tabela 37 – Percentual que a renda da atividade não-agrícola representa na renda total familiar

Percentual da renda	Quantidade	%
Até 20%	38	11,9
De 21 a 40%	40	12,5
De 41% a 60%	59	18,4
De 60% a 80%	82	25,6
Maior que 80%	101	31,6
Total	320	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

No que diz respeito aos empregados na atividade não-agrícola no ano de 2002 (Tabela 38), verifica-se o registro de somente 22 temporários e 35 permanentes em todos os 320 domicílios pesquisados. Destes, o maior percentual é composto por mão-de-obra familiar (63,7%) e não remunerada (77,2%). Por outro lado, não há empregados com rendimento superior a dois salários mínimos, denotando a precariedade da ocupação nessas atividades não-agrícolas.

Tabela 38 – Quantidade de empregados na atividade não-agrícola (permanentes + temporários) por faixa salarial

Faixa salarial Mensal	Quantidade de empregados em 2002			
	Temporários		Permanente	
	Quantidade	%	Quantidade	%
1 - Mão-de-obra familiar	14	63,7	27	77,2
2 - Mão-de-obra não remunerada	5	22,8	4	11,4
3 - Menos de 1 SM	2	9,0	4	11,4
4 - Entre 1 até 2 SM	1	4,5	0	–
5 - Acima de 2 até 5 SM	0	–	0	–
6 - Acima de 5 SM	0	–	0	–
Total	22	100,0	35	100,00

Fonte: Elaboração dos autores.

Quando indagados sobre o pagamento de previdência pública (INSS) ou privada, para fins de aposentadoria, 60,6% dos entrevistados responderam afirmativamente e 39,4% responderam negativamente.

8 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O presente estudo objetivou conhecer a diversidade de atividades não-agrícolas no meio rural dos PDAs nordestinos, além de determinar problemas e potencialidades econômicas das principais atividades não-agrícolas existentes nesses pólos, de forma que se possa sugerir políticas públicas específicas de apoio aos principais segmentos não-agrícolas dessas áreas. A pesquisa contemplou o PDA do Baixo Jaguaribe, e utilizaram-se dados primários e secundários com o intuito de se responder essas questões.

A hipótese básica da pesquisa sobre a existência de uma diversidade de atividades não-agrícolas no âmbito dos PDAs nordestinos se confirma. Porém, a prática de tais atividades ocorre não como uma consequência do avanço no processo de desenvolvimento local, mas como uma manifestação típica de sociedades subdesenvolvidas, pela necessidade de elaboração de estratégias de sobrevivência.

Com efeito, observou-se que o dinamismo existente no PDA Baixo Jaguaribe não se manifesta entre os agricultores familiares pluriativos entrevistados, de forma que o desenvolvimento não conseguiu se alastrar por todos os espaços e entre todos os atores que ocupam o território, que supostamente estariam interagindo internamente e com o exterior. Ao contrário, verificou-se elevado nível de precariedade e pobreza entre as famílias, produzindo prioritariamente para a subsistência (milho, feijão e mandioca), desenvolvendo atividades não-agrícolas como estratégia de sobrevivência e com acesso marginal ao mercado.

Os resultados da pesquisa deixam claro que um estrato da população rural que habita o PDA Baixo Jaguaribe sequer toma conhecimento da existência dessa configuração de polo e, portanto, está isolada do desenvolvimento que experimentam alguns segmentos que atuam no interior desse território. Implica suspeitar que a estratégia do polo de “assegurar a efetiva incorporação de pequenos empreendedores e suas associações e cooperativas nas cadeias produtivas” (ABIPTI, 1999) não se configura ainda em parte do território compreendido pelo PDA Baixo Jaguaribe. Desta forma, questiona-se até que ponto a criação do PDA Baixo Jaguaribe efetivamente contribuiu para o desenvolvimento local integrado e sustentado, conforme previsto no conteúdo explícito da proposta.

Diante desse quadro, cabe alertar para a necessidade de se investigar e colher elementos capazes de responder às seguintes perguntas: em que medida o ambiente institucional criado nesse território estaria contribuindo para gerar crescimento e desenvolvimento econômicos? O polo não estaria, ao contrário,

funcionando como um vetor de ampliação do distanciamento entre duas categorias sociais, ricos e pobres? As inversões em infra-estrutura e as demais políticas, realizadas até o momento no PDA Baixo Jaguaribe, foram suficientes para irradiar crescimento econômico para o território compreendido pelo PDA? A área delimitada para o Pólo Baixo Jaguaribe (abrange 11 municípios teria sido excessivamente grande)? Em que medida o eixo do pólo (eminentemente agricultura irrigada) é capaz de criar um dinamismo sobre as outras atividades, em especial as de cunho não-agrícola no meio rural?

É sabido que no PDA Baixo Jaguaribe existem agronegócios dinâmicos, que fazem uso de irrigação artificial e cuja produção é destinada, em grande parte, aos mercados internacionais. Tem-se observado inclusive incremento da contratação de mão-de-obra rural com carteira de trabalho, fato de certa forma inusitado no meio rural do Ceará. Porém, questiona-se se o processo de modernização estaria concentrado em reduzido número de produtores rurais, sugerindo que a estratégia de pólos seja concentradora de renda, ou ainda, que a atual estratégia utilizada no PDA Baixo Jaguaribe apresenta distorções.

Com base nestas conclusões, recomenda-se a realização de investigação em outros PDAs nordestinos, de modo a colher informações capazes de confirmar/ negar os resultados desta primeira pesquisa. Poder-se-ia também realizar estudo nos municípios mais próximos ao núcleo principal do PDA Baixo Jaguaribe, de forma a se observar em que medida a modernização tem-se irradiado nesse território.

Confirmando-se estes resultados no interior dos demais pólos, torna-se imperativa realização de avaliação da atual política de Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios, para que se tenha a compreensão dos pontos positivos e negativos, bem como dos reais impactos dessa política e, assim, unir subsídios para corrigir distorções ou mesmo mudar a estratégia atual.

Por outro lado, observa-se que, a despeito da precariedade das atividades não-agrícolas e de sua inserção marginal no mercado, estas representam a maior parcela da renda obtida pela maioria das famílias pesquisadas, sugerindo a importância de se alertar o poder público sobre a necessidade de reconhecimento da existência da pluriatividade no meio rural nordestino e de propor mudanças no enfoque e nos instrumentos das atuais políticas de desenvolvimento. Diante do nível de precariedade das atividades não-agrícolas existentes no PDA Baixo Jaguaribe, caberia a elaboração de uma política específica para aquelas mais representativas (principalmente o artesanato), de modo a impulsionar o seu potencial de ocupação e geração de renda familiar. Como se observou no decorrer da análise, os principais entraves ao desenvolvimento dessas atividades, são a falta

de assistência técnica e de recursos para financiar a produção, a aquisição de máquinas e equipamentos, bem como a dificuldade de ter acesso a canais de comercialização, principalmente devido à falta de organização entre os produtores. Essa iniciativa funcionaria, inclusive, como uma forma de reduzir a tendência concentradora da Política do Pólo.

Com relação ao crédito, é importante pensar numa linha de financiamento de rápido acesso e sem burocracias, a fim de evitar que os agricultores acabem sendo duplamente prejudicados, ao se submeterem às regras de agiotas. Neste sentido, deve-se ressaltar a recente iniciativa do BNB (em implantação) de criar a figura do assessor de crédito, que tem o papel de aproximar o Banco dos agricultores familiares, facilitando o acesso ao Pronaf B. Os assessores de crédito são técnicos agrícolas que passaram por um processo de seleção, foram submetidos a um treinamento voltado para as questões pertinentes à agricultura familiar e, portanto, reúnem as condições para realizar um bom trabalho de mediação entre agricultores e BNB, contribuindo, assim, para que o crédito chegue aos agricultores de forma mais ágil, no tempo e montantes adequados para suprir as necessidades e, assim, cumprir o papel de contribuir para o sucesso de sua atividade produtiva. Tendo em vista que se trata de instrumento recém-criado, é fundamental que o mesmo seja submetido a uma avaliação dentro de pelo menos três anos, a fim de que sejam detectadas as falhas e feitas as correções de rumo.

Deve-se ressaltar, por fim, que não há como desenvolver o meio rural sem a adoção de medidas fundamentais para o provimento de infra-estrutura, principalmente nas áreas de saúde e educação. Investimentos nesses setores contribuiriam, sobremaneira, para a ampliação de empregos, principalmente no setor de serviços. Somente dessa forma, o Estado estará cumprindo seu papel de impulsor do desenvolvimento e de regulador da distribuição, entre todos os atores sociais, da riqueza gerada.

REFERÊNCIAS

- ABIPTI. **Agropolos e outros:** agropolos: uma proposta metodológica. Brasília, 1999.
- ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território:** função e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. São Paulo: [s. n.], 1999. (Primeiro relatório de pesquisa, projeto BRA 97/013).
- ALVES, M. O. **Agora o Nordeste vai:** experiência de desenvolvimento local: o caso do município de Tejuçuoca, Ceará. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1999.
- _____. **Pluriatividade como estratégia de sobrevivência no sertão nordestino: o caso de Tejuçuoca, Ceará.** Revista Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 114-121, jan./jun. 2002.
- BNB. Pólos de desenvolvimento integrado. Disponível em: <<http://www.banconordeste.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2003.
- CED. **Núcleos e arranjos produtivos locais:** casos dos municípios do agropólo do Baixo Jaguaribe. Fortaleza, 2002. (Versão preliminar).
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- GARCIA JÚNIOR, A. R. **Terra de trabalho:** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção estudos sobre o Nordeste, 8).
- _____. **O sul:** caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Universidade de Brasília; MCT-CNPQ, 1989.
- GROSSI, M. del. **O uso das PNAD's para as áreas rurais.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão).
- HADDAD et al. **Economia regional:** teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.
- IBGE. **Censo agropecuário 2000.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2002.

- IBGE. **Produção agrícola municipal**. Rio de Janeiro, 2000.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** v. 2. Poços de Caldas: [s. n.], 1998. p. 555-566.
- INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 74 p.
- LOPES NETO, A. **Notas sobre clusters**. Fortaleza: FIEC, 2002.
- NEDER, H. D. **Amostragem em pesquisas sócioeconômicas**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos>>. Acesso em: 16 ago. 2002.
- PNUD; IPEA. Disponível em: <<http://www.undp.org.br>>. Acesso em: 23 abr. 2003.
- REARDON, T.; CRUZ, M. E.; BERDEGUÉ, J. **Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos**. Santiago, Chile: RIMISP, 1998.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: o que há de novo no limiar do século XX!? Brasília: IPEA, 2000.
- SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Ensaios e Debates**, Porto Alegre, p. 106-131, set./dez. 1994.
- _____. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33., 1995, Curitiba. **Anais...** v. 1. Curitiba: [s. n.], 1995. p. 1158-1195.
- SILVA, J. G. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, mai. 1997a.
- _____. Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** v. 1. Poços de Caldas: [s. n.], 1998. p. 117-142.

_____. Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33., 1995, Curitiba. **Anais...** v. 1. Curitiba: [s. n.], 1995. p. 792-798.

_____. Uma agenda para o futuro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21., 1997, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1997b. 1 CD-ROM.

SILVA, J. G. G. da.; CAMPANHOLA, C. (Eds.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional.** v. 1. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000a.

_____; _____. (Eds.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Nordeste.** v. 2. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000b.

_____; _____. (Eds.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste.** v. 3. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000c.

_____; _____. (Eds.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas.** v. 4. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000d.

SILVA, J. G. G. da; GROSSI, M. del. **O uso das PNADS para as áreas rurais.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 874).

SOUZA, M. **A pluriatividade nos países capitalistas desenvolvidos.** [S. l. : s. n.], [199-].

VEIGA, J. E. da et al. O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Brasília: Convênio FIPE-IICA/MDA/CNDRS/NEAD, 2001. (Série Textos para discussão, 1).**

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro: UFRI/CPDA, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

_____. O lugar dos rurais: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal. **Anais...** v. 1. Natal: [s. n.], 1997. p. 90-113.

APENDICES

APÊNDICE A
Tabela IA – Perfil básico dos municípios do Pólo Baixo Jaguaripe

(continua)

	MUNICÍPIOS						
	Jaguaruana	Tabuleiro do Norte	Quixeré	Icapuí	Morada Nova	Russas	Fonte
ÁREA TOTAL (km ²)	743,1	829,1	598,2	427,6	2.784,40	1.607,30	BNB/ETENE
ÁREA TOTAL/ÁREA DO PÓLO	7,4	8,3	6	4,3	27,9	16,1	BNB/ETENE
POP RES TOTAL (2000)	29735	27098	16862	16052	64400	57320	IBGE
POP RES RURAL (2000)	13155	11246	7005	11390	30531	21997	IBGE
POP RES RURAL/POP RES TOTAL(%)	44,2	41,5	41,5	41,5	47,4	38,4	
POP RES RUR/ POP RURAL PÓLO(%)	8,7	7,4	4,6	7,5	20,2	14,5	
TAXA DE URBANIZAÇÃO: 1991	45,3	50,5	48,5	37,3	45	58,1	IBGE
1996	44,7	54,8	56,4	32	50	60,6	IBGE
2000	55,8	58,5	58,5	29	52,6	61,6	IBGE
DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)							
1991	34,9	30,3	23,1	31,9	21,2	29	IBGE
1996	38,2	32,2	25,5	36,6	21,7	32,3	IBGE
2000	40	32,7	28,2	37,5	23,1	35,7	IBGE
PIB 1998 (R\$ mil do ano de 2000)	63.019,71	38.330,84	25.096,52	127.511,25	109.013,82	102.686,29	IPLANCE
agropecuária (%)	11,51	12,36	10,28	5,35	20,1	9	IPLANCE
indústria (%)	41,21	9,04	11,49	76,1	23,82	32,02	IPLANCE
serviços (%)	47,27	78,6	78,23	18,56	56,08	38,98	IPLANCE
PIB per capita 1996	1.566	1.424	1.368	1.648	1.554	1.509	IPEA
PIB per capita 1998	2.144,04	1.401,13	1.579,19	7.724,68	1.785,33	1.896,33	IPEA/PNUD
IDH-M (1991)	0,406	0,445	0,394	0,399	0,406	0,504	
% DA ÁREA IRIGADA DO PÓLO	10,3	6,1	14,3	6,2	10,2	13,6	
PRINCIPAIS CULTURAS IRRIGADAS(*)	Arroz, milho, feijão, melão	Arroz	Melão, banana	Melão	Arroz, forrageira, feijão, arroz, milho, alg., Herbáceo	Arroz, feijão, capineira arroz, feijão, milho, alg., Herbáceo	IBGE/PAM
PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS (1)	Arroz, milho, feijão	Alg. Herbáceo, Arroz, milho, Alg. feijão	C. caju, coco-da-baía, manga				IBGE/PAM

Tabela IA – Perfil básico dos municípios do Pólo Baixo Jaguaribe

(conclusão)

	MUNICÍPIOS					Russas	Fonte
	Jaguaruana	Tabuleiro do Norte	Quixeré	Icapuí	Morada Nova	Russas	Fonte
ESTAB. INDÚSTRIA (2000)	35	27	6	7	29	102	
ESTAB. SERVIÇO (2000)	12	13	8	10	32	52	
REBANHO (2000)							
bovino (cab)	12.695	14.486	5.863	5.540	47.859	16.579	IBGE/PPM
suíno	3.176	1.983	1.705	183	10.884	5.064	IBGE/PPM
equino	728	808	224	261	4.210	1.040	IBGE/PPM
caprino	15.395	7.500	8.327	364	13.746	13.816	IBGE/PPM
ovino	18.259	11.120	6.328	1.078	42.231	21.502	IBGE/PPM
galinhas	18.749	12.327	5.230	3.569	32.979	19.114	IBGE/PPM
% DO REBANHO EM RELAÇÃO AO PÓLO							
bovino	9,2	10,5	4,3	4	34,7	12	
suíno	9,7	6	5,2	0,6	33,2	15,4	
equino	7,5	8,3	2,3	2,7	43,3	10,7	
caprino	20,2	9,8	10,9	0,5	18	18,1	
ovino	13,6	8,3	4,7	0,8	31,4	16	
galinhas	14,2	9,3	4	2,7	25	14,5	
NÚCLEOS E ARRANJOS PRODUTIVOS	Produção de redes (2)	Metal-mecânico(3)	0	Lagosta(4)	Móveis madeira(5)	Cerâmica(6)	CED

Fonte: Elaboração dos autores com dados das fontes especificadas na última coluna.

APÊNDICE B
Tabela 2A – Perfil básico dos municípios do Pólo Baixo Jaguaribe

(continua)

	S. I. Jaguaribe	Palhano	Itaçaba	MUNICÍPIOS	L. Norte	Fonte
ÁREA TOTAL (km ²)	285,6	436,9	239,2	1.270,50	767,70	BNB/TENE
ÁREA TOTAL/ÁREA DO PÓLO	2,9	4,4	2,4	12,7	7,7	BNB/TENE
POP RES TOTAL (2000)	8650	8166	6579	61187	46620	IBGE
POP RES RURAL (2000)	5906	3907	2907	22008	21407	IBGE
POP RES RURAL/POP RES TOTAL (%)	68,3	47,8	44,2	35,9	45,9	IBGE
POP RES RUR/ POP RURAL PÓLO(%)	3,9	2,6	1,9	14,5	14,1	IBGE
TAXA DE URBANIZAÇÃO:						
1991	31,4	44,4	56,3	56	56	IBGE
1996	31,6	53,5	56,8	60,9	58,3	IBGE
2000	31,7	52,2	55,8	64	56,9	IBGE
DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)						
1991	28,1	18,2	23,8	47,8	54,3	IBGE
1996	29,3	17,7	26,3	44,8	58,7	IBGE
2000	30,3	18,7	27,5	48,2	64,6	IBGE
PIB 1998 (R\$ mil do ano de 2000)	17.515,63	13.991,50	13.916,41	128.482,43	114.994,19	IPLANCE
agropecuária (%)	21,95	6,8	14,52	8,53	18,37	IPLANCE
Indústria (%)	8,86	11,76	10,1	23,08	35,96	IPLANCE
Serviços (%)	69,19	81,44	75,37	68,38	45,66	IPLANCE, 1998
PIB per capita 1996	1.512	1.653	1.400	1.774	2.014	IPEA
PIB per capita 1998	2.058,72	1.832,07	2.134,09	2.160,79	2.472,57	IPEA/PNUD
IDH-M (1991)	0,503	0,37	0,43	0,443	0,525	
% DA ÁREA IRRIGADA DO PÓLO	6,8	0	1,2	15,8	15,5	
PRINCIPAIS CULTURAS IRRIGADAS(*)	feijão, arroz arroz, feijão, milho	0	0	Melão, milho melão, mandioca, milho, feijão	Milho, banana, arroz arroz, milho, alg. Herbáceo, feijão	IBGE/PAM
PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS (1)						IBGE/PAM
ESTAB. INDÚSTRIA (2000)	5	6	3	32	40	

Tabela 2A – Perfil básico dos municípios do Pólo Baixo Jaguaribe

(conclusão)

	S. I. Jaguaribe	Palhano	Itaiçaba	Aracati	L. Norte	Fonte
ESTAB. SERVIÇO (2000)	4	4	5	80	68	IBGE/PPM
REBANHO (2000)						IBGE/PPM
bovino (cab)	6.848	2.609	3.576	6.181	15.518	IBGE/PPM
suíno	1.660	938	906	2.337	3.982	IBGE/PPM
equino	365	297	178	614	1.002	IBGE/PPM
caprino	2.792	3.772	2.297	3.273	5.098	IBGE/PPM
ovino	6.379	3.596	2.125	8.577	13.237	IBGE/PPM
galinhas	5.568	3.809	2.506	10.483	17.630	IBGE/PPM
% DO REBANHO EM RELAÇÃO AO PÓLO						
bovino	5	1,9	2,6	4,5	11,3	
suíno	5,1	2,9	2,8	7,1	12,1	
equino	3,8	3,1	1,8	6,3	10,3	
caprino	3,7	4,9	3	4,3	6,7	
ovino	4,7	2,7	1,6	6,4	9,8	
galinhas	4,2	2,9	1,9	7,9	13,4	
NUCLEOS E ARRANJOS PRODUTIVOS	0	Artes. palha carnaúba e milho (1)	Artes. palha (2)	Camarão caivéiro(7) artesanato(8)	Me(9), frut irrigada(10)	CED

Fonte: Elaboração dos autores com dados das fontes especificadas na última coluna.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NO RURAL DO PÓLO BAIXO JAGUARIBE

Data da Entrevista: ____ / ____ / ____

Questionário nº: _____

Nome do entrevistador: _____

Nome do entrevistado: _____

Apelido: _____

Endereço do entrevistado: _____

Município: _____ Estado: _____ Telefone: () _____

Comunidade_____

I – INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO

1 - Profissão/ocupação: _____

2 - Estado civil: _____ 3 - Nº de filhos: _____

4 - Idade

- | | |
|-----------------------|-----------------------|
| 1. Entre 15 e 30 anos | 3. Entre 41 e 60 anos |
| 2. Entre 31 e 40 anos | 4. Acima de 60 anos |

5 - Sexo

- | | |
|--------------|-------------|
| 1. Masculino | 2. Feminino |
|--------------|-------------|

6 - Nível de Escolaridade

- | | |
|-----------------------|------------------------|
| 1. Sem instrução | 5. 2º Grau Incompleto |
| 2. Alfabetizado | 6. 2º Grau Completo |
| 3. 1º Grau Incompleto | 7. Superior Incompleto |
| 4. 1º Grau Completo | 8. Superior Completo |

II. IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

7 - Qual a sua condição de produtor rural:

- | | |
|-----------------|---------------|
| 1. Proprietário | 5. Diarista |
| 2. Arrendatário | 6. Sem-terra |
| 3. Parceiro | 7. Outra_____ |
| 4. Ocupante | |

8 - Qual o tamanho da propriedade rural?

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| 1. Família sem-terra | 5. De 51 a 100 hectares |
| 2. Até 10 hectares | 6. De 101 a 200 hectares |
| 3. De 11 a 30 hectares | 7. De 201 a 500 hectares |
| 4. De 31 a 50 hectares | 8. Acima de 500 hectares |

9 - Qual (is) atividade(s) agropecuária(s) é (são) praticada(s) pelo entrevistado ou membros da família?

- | | |
|------------------------|------------------|
| 1. Produção de Grãos | 6. Avicultura |
| 2. Fruticultura | 7. Pesca |
| 3. Horticultura | 8. Outras: _____ |
| 4. Bovinocultura | 9. Nenhuma |
| 5. Ovinocaprinocultura | |

10 - Qual (is) atividade (s) não-agrícola (s) é (são) praticada (s) pelo entrevistado ou membros da família?

- | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|
| 1. Pequena ou média indústria rural | 8. Construção civil |
| 2. Turismo rural | 9. Empregado (a) doméstico (a) |
| 3. Confecções | 10. Assalariado no meio urbano |
| 4. Mineração Qual_____ | 11. Bodega/mercearia |
| 5. Artesanato Qual_____ | 12. Outras: _____ |
| 6. Magistério [professor (a)] | 13. Não exerce atividade não-agrícola |
| 7. Caseiro (a) | |

II - Qual (is) a (s) atividade (s) principal (is) dos membros da família?

- | | |
|-------------|-----------------|
| 1. Agrícola | 2. Não-agrícola |
|-------------|-----------------|

III – INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA EXTENSA

Nota: (I) Explicar que os nomes dos membros da família serão relacionados na primeira coluna apenas para não esquecer ou repetir algum membro da família.

Após a obtenção das informações os nomes poderão ser apagados.

(2) Esposo, esposa, filho, genro, noro, primo, tio, cunhado, agregado etc.

IV – INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE NÃO-AGRÍCOLA

21 - Por que motivo se pratica atividade(s) não-agrícola(s) em sua família?

- | | |
|---|-------------------------|
| 1. Para complementar a renda familiar | 4. Por lazer |
| 2. Não possui terra para praticar a agricultura | 5. Outros(citar): _____ |
| 3. Não gosta do trabalho agrícola | |

Se o entrevistado marcou mais de uma atividade não-agrícola no item 10, responder a partir da questão 22.

Se o entrevistado marcou apenas uma atividade não-agrícola no item 10, responder a partir da questão 23.

22 - Dentre as atividades mencionadas, apontar aquela considerada mais importante para a família.

Resposta: _____

As questões a seguir referem-se à única atividade não-agrícola mencionada no item 10, ou a atividade não-agrícola considerada mais importante no item 22.

23 - Há quanto tempo se pratica essa atividade não-agrícola na sua família?

- 1. Até 1 ano
- 2. Acima de 1 e até 5 anos
- 3. Mais de 5 anos

24 - Qual a periodicidade da prática da atividade não-agrícola?

- | | |
|------------------------------|-------------------------------|
| 1. Até 12 horas semanais | 4. De 25 a 30 horas semanais |
| 2. De 13 a 18 horas semanais | 5. Acima de 30 horas semanais |
| 3. De 19 a 24 horas semanais | |

25 - Essa atividade não-agrícola é remunerada?

- 1. Sim
- 2. Não

Se 1, responder a partir da questão 27.

Se 2, responder a partir da questão 26.

26 - Por que motivo a sua atividade não-agrícola não oferece remuneração?

- | | |
|------------------------------------|---|
| 1. Não há interesse em vender | 4. O produto não tem qualidade para ser levado ao mercado |
| 2. Não consegue produzir em escala | 5. Outros (citar): _____ |
| 3. Não há interesse pelo produto | |

- 27 - Quais os principais problemas no desenvolvimento da atividade não-agrícola?
- | | |
|------------------------------|--|
| I. Financiamento | 6. Falta de pessoal auxiliar |
| 2. Máquinas e equipamentos | 7. Fornecedores de matéria-prima |
| 3. Falta de organização | 8. Canal de comercialização deficiente |
| 4. Falta de treinamento | 9. Outros (citar): _____ |
| 5. Falta de profissionalismo | 10. Não tem problemas |

28 - Como esse (s) problema(s) poderia(m) ser resolvido(s)? (**ver questão anterior**)

- Problema do item 1: _____
- Problema do item 2: _____
- Problema do item 3: _____
- Problema do item 4: _____
- Problema do item 5: _____
- Problema do item 6: _____
- Problema do item 7: _____
- Problema do item 8: _____
- Problema do item 9: _____

V – OPERAÇÕES BANCÁRIAS

29 - Quais as fontes para o financiamento da atividade não-agrícola que a família dispõe?

- | | |
|---------------------------------|----------------------------------|
| I. BNB | 7. Fornecedor da matéria-prima |
| 2. Outros Bancos (Citar): _____ | 8. Comprador do produto |
| 3. Crédito Informal | 9. Apenas Recursos Próprios |
| 4. ONGs | 10. Outros (citar): _____ |
| 5. Cooperativas de crédito | II. Não dispõe de financiamento. |
| 6. Agiôta | Por quê? _____ |

Se dispõe de alguma fonte de financiamento, responder a partir da questão 30.
Se conduz sua atividade não-agrícola sem financiamento, responder a partir da questão 32.

30 - Qual(is) foi(ram) a(s) finalidade(s) do financiamento?

- | | |
|---|--|
| I. Aquisição de máquinas e equipamentos | 4. Capital de giro da atividade não-agrícola |
| 2. Compra de matéria-prima | 5. Outros(citar): _____ |
| 3. Investimento | |

31 - Com relação à fonte de financiamento, você considera:

- | | |
|------------------|-----------------|
| a) I. Adequada | 2. Inadequada |
| b) I. Suficiente | 2. Insuficiente |
| c) I. Oportuna | 2. Inoportuna |

32 - Se você gostaria de obter (novos) financiamento(s) para investir na atividade não-agrícola, quais seriam as finalidades?

- | | |
|---|--|
| 1. Aquisição de máquinas e equipamentos | 4. Capital de giro da atividade não-agrícola |
| 2. Comprar matéria-prima | 5. Outros(citar): _____ |
| 3. Investimento | 6. Não gostaria de obter financiamento |
- Justificar _____

VI – ORGANIZAÇÃO/PLANEJAMENTO/CONTROLE

33 - Assinalar a(s) área(s) em que é (são) realizada (s) atividade (s) de planejamento para a atividade não-agrícola:

- | | |
|------------------------------------|---|
| 1. Produção | 7. Capacitação e Assistência Técnica |
| 2. Comercialização | 8. Propaganda e Marketing |
| 3. Aquisição de insumos | 9. Recursos Humanos e Materiais |
| 4. Utilização máquinas/implementos | 10. Outros (citar): _____ |
| 5. Armazenamento | II. Não realiza atividade de planejamento |
| 6. Beneficiamento/Industrialização | |

Se realiza essa atividade, responder a questão 34.

Se não realiza essa atividade, pular para a questão 36.

34 - Quem participa desse planejamento?

- | | |
|---|---------------------------|
| 1. O produtor isoladamente | 5. Associação/Cooperativa |
| 2. O produtor juntamente com a família | 6. ONGs |
| 3. O produtor juntamente com a família
e vizinhança/comunidade | 7. Outros (Citar): _____ |
| 4. Sebrae | |

35 - A orientação para o planejamento da atividade não-agrícola é fornecida por:

- | | |
|--|--------------------------|
| 1. Cooperativa/Associação | 5. Sindicato |
| 2. Escritório de Projeto/Profissional Autônomo | 6. ONGs |
| 3. Emater | 7. Outros (citar): _____ |
| 4. Prefeitura | 8. Não existe orientação |

36 - Assinalar a (s) área (s) em que é (são) realizada (s) atividade (s) de controle gerencial

- | | |
|-------------|---------------------------|
| 1. Custos | 4. Qualidade dos Produtos |
| 2. Estoques | 5. Qualidade dos Serviços |
| 3. Preços | 6. Não faz controles |

VII – PRODUÇÃO E MERCADOS

37 - Existe facilidade de aquisição de insumos/fornecimento de matéria-prima?

- | | | |
|--------|--------|----------------------------------|
| 1. Sim | 2. Não | 3. Não se aplica ao entrevistado |
|--------|--------|----------------------------------|

Em caso negativo, qual o principal motivo?

38 - Citar os produtos agrícolas e/ou não-agrícolas produzidos no domicílio rural pelo entrevistado e sua família em ordem decrescente de importância.

1
2
3
4
5
6
7
8

As questões 39, 40 e 41 estão relacionadas com a questão 38.

39 - Qual o destino da produção?

DESTINO DA PRODUÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8
Consumo da família								
Mercado local (no próprio município)								
Outros municípios do Estado								
Capital do Estado								
Mercado regional (Nordeste)								
Mercado nacional (resto do país)								
Mercado externo								

40 - Como é feita a comercialização do produto?

COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO	1	2	3	4	5	6	7	8
Subsistência da família								
Venda direta ao consumidor, em ponto de venda próprio								
Venda direta ao consumidor, na feira local								
Intermediários								
Lojistas								
Cooperativa								
Outros (citar)								

41 - Existem dificuldades na comercialização?

DIFÍCULDADES NA COMERCIALIZAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8
Não tem dificuldades								
Não Comercializa								
Reclamação sobre a baixa qualidade do produto								
Reclamação sobre a quantidade insuficiente do produto								
Reclamação sobre a irregularidade na entrega do produto								
Desconhecimento do mercado e dos compradores potenciais								
Concorrência acirrada								
Canais de comercialização inadequados								
Tarifas e impostos elevados								
Falta de veículo e representantes								
Impossibilidade de participar de feiras								
Estradas								
Outros (citar)								

VIII – CAPACITAÇÃO/ASSISTÊNCIA TÉCNICA

42 - Participação em reuniões / cursos / seminários / congressos no **ano de 2002**:

ENTIDADE PROMOTORA	CAPACITAÇÃO ⁽³⁾
1. Cooperativa / Associação	
2. Sindicatos / Partidos	
3. Organizações N/ Governamentais	
4. Organizações Governamentais	
5. Escola / Universidade	
6. Outros (citar)	

NOTA : ⁽³⁾ Códigos de participação nos eventos: 0 - Nenhum evento

- 1 - Até 01 evento
- 2 - De 02 até 04 eventos
- 3 - Acima de 05 eventos

43 - Assinale as formas de apoio técnico, recebidas na implantação e/ou desenvolvimento do negócio não-agrícola

- | | |
|--|--|
| 1. Assistência técnica na área de produção | 5. Capacitação em gestão e administração |
| 2. Assistência técnica na área gerencial | 6. Outros (citar): _____ |
| 3. Comercialização | 7. Não recebe(u) apoio técnico |
| 4. Capacitação técnico / produtiva | |

IX – EMPREGO E RENDA

44 - Paga alguma instituição para fins de aposentadoria? (previdência privada, INSS ou sindicato rural)?

- 1. Sim
- 2. Não

Qual? _____

45 - A receita da família é constante durante o ano?

- 1. Sim
- 2. Não

Em caso negativo, descrever o(s) motivo(s):_____

46 - Assinalar a Renda Média Agropecuária **Anual** Familiar no **ano de 2002**:

Renda Média Agropecuária Anual	Quantidade	Valor unitário	Valor em R\$
I. Produção de milho (saca)			
2. Produção de feijão (saca)			
3. Produção de farinha de mandioca (saca)			
4. Produção de goma (saca)			
5. Produção de arroz (saca)			
6. Venda de animais bovinos (cabeça)			
7. Venda de animais caprinos (cabeça)			
8. Venda de animais ovinos (cabeça)			
9. Venda de galinhas (cabeça)			
10. Venda de leite (litro)			
II. Venda de frutas (unidade)			
12. Venda de peixe (kg)			
13. Venda de suínos (cabeça)			
14. Castanha de caju crua (kg)			
15. Outros (citar)			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			
37.			
38.			
39.			
40.			
41.			
42.			
43.			
44.			
45.			

47 - Assinalar a Renda Média **Mensal** Familiar da atividade não-agrícola, no **ano de 2002**:

Renda Média Mensal Familiar de Atividades não-agrícolas	Quantidade	Valor unitário	Valor em R\$
I. Venda de queijo (kg)			
2. Venda de doce (kg)			
3. Venda de polpa de frutas (kg)			
4. Venda da amêndoia da castanha de caju (kg)			
5. Venda de rede (unidade)			
6. Venda de artesanato de palha (unidade)			
7. Venda de artesanato de barro (unidade)			
8. Venda de labirinto (unidade)			
9. Venda de confecções			
10. Venda de mel de abelha (litro)			
II. Venda de aguardente de cana (litro)			
12. Venda de móveis de madeira (unidade)			
13. Venda na bodega/mercearia			
14. Frete			
15. Caseiro			
16. Serviço de pedreiro			
17. Serviço de eletricista			
18. Professor			
19. Empregado doméstico			
20. Assalariado no meio urbano			
21. Guia turístico			
22. Outros (citar)			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			
37.			
38.			
39.			
40.			
41.			
42.			
43.			
44.			
45.			
46.			
47.			

48 - Qual o percentual que a renda da atividade não-agrícola representa na renda total da família?

- | | |
|-----------------|------------------|
| 1. Até 20% | 4. De 60% a 80% |
| 2. De 21% a 40% | 5. Maior que 80% |
| 3. De 41 a 60% | |

49 - Se o seu negócio não-agrícola emprega mão-de-obra além da sua própria, informar a **quantidade de empregados** (permanentes + temporários), de acordo com a faixa salarial abaixo:

FAIXA SALARIAL MENSAL	Quantidade de Empregados Permanentes no Ano de 2002	Quantidade de Empregados Temporários no Ano de 2002 (S)
1. Mão-de-Obra familiar		
2. Mão-de-Obra não remunerada ⁽⁴⁾		
3. Menos de 1 SM		
4. Entre 1 até 2 SM		
5. Acima de 2 até 5 SM		
6. Acima de 5 SM		

NOTA: ⁽⁴⁾ Considerar como mão-de-obra não remunerada troca de dias e mutirões

⁽⁵⁾ Fazer a conversão da diárida para equivalente em salário mínimo.

X – ORGANIZAÇÃO SOCIAL

50 - O entrevistado ou alguém de sua família participa de alguma organização associativa?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

Em caso afirmativo, citar a(s) organização(ões) _____

Em caso negativo, especificar o motivo _____

51 - De que forma a organização associativa contribui para o sucesso do seu negócio não-agrícola?

- | | |
|--|--|
| 1. Facilitando/oferecendo assistência técnica | 5. Outros (Citar): _____ |
| 2. Facilitando/oferecendo capacitação | 6. A organização associativa não contribui |
| 3. Realizando/intermediando a comercialização do produto | para o sucesso do meu negócio agrícola |
| 4. Facilitando o acesso ao crédito | 7. Não se aplica |



SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Recursos Logísticos
Célula de Produção Gráfica
OS 2006-04xxxx - Tiragem: 1.500

ISBN 85-87062-57-3

A standard linear barcode is positioned vertically in the center of the page.

9788587062574



O Nossa Esperança é o Desenvolvimento

Cliente Consulta 0800 783030 • clienteconsulta@bnb.gov.br • www.bnb.gov.br